

ÚCIA ELENA GARCIA DE OLIVEIRA
OSA MARIA PORCARO
TEREZA CRISTINA N. ARAÚJO

O LUGAR DO NEGRO NA FORÇA DE TRABALHO

2 (81=96)

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA · IBGE

IBGE

Presidente: Edmar Lisboa Bacha

Diretor-Geral: Regis Bonelli

Diretor de População e Social:
Cláudio Leopoldo Salm

Diretor de Economia:
Eduardo Augusto de Almeida Guimarães

Diretor de Agropecuária, Recursos Naturais e Geografia:
Charles Curt Mueller

Diretor de Geodésia e Cartografia:
Mauro Pereira de Mello

Diretor de Administração:
Alexandre de Amaral Rezende

Diretor de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal:
Suzana Pinheiro Machado Mueller

Diretor de Informática:
Mário Aloysio Telles Ribeiro

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE

O LUGAR DO NEGRO NA FORÇA DE TRABALHO



RIO DE JANEIRO
IBGE
1985

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 — Centro
20021 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil

ISBN 85-240-0024-4

1.^a Reimpressão

IBGE

O lugar do negro na força de trabalho / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . — Rio de Janeiro : IBGE, 1981.

88 p.: gráf., tab.

Bibliografia : p. 83-6

ISBN 85-240-0024-4

1. Negros brasileiros — Mão-de-Obra. 2. Indicadores sociais — Brasil. I. Título.

IBGE. Biblioteca Central
RJ-IBGE/82-22

CDD 331.6396081
CDU 331.024.2:311.141(81 = 96)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Trabalho elaborado por: *

Lucia Elena Garcia de Oliveira

Rosa Maria Porcaro

Tereza Cristina N. Araújo

* Este trabalho contou com a participação da estatística **Francisca Laíde de Oliveira** e a colaboração de **Luiz Carlos Vieira dos Santos**, **Marilena dos Reis Peluso**, **Ricardo Luiz Cardoso** e **Tomo Ishikiriya** do Departamento de Estudos e Indicadores Sociais — DEISO.

APRESENTAÇÃO

É uma atribuição do Departamento de Estudos e Indicadores Sociais — DEISO a elaboração e interpretação de indicadores sociais através dos quais se procura estudar a estrutura social. Neste sentido o DEISO vem desenvolvendo em seu programa de pesquisas estudos sobre a realidade brasileira entre os quais se incluem aqueles sobre força de trabalho e mobilidade social.

Seguindo esta linha de trabalho, o texto ora divulgado pretende examinar a questão da articulação entre raça e estratificação social através do estudo da inserção de brancos e negros na estrutura ocupacional. Para a classificação da força de trabalho faz-se uso de categorias sócio-ocupacionais visando estabelecer uma mediação entre o nível teórico e o nível das informações estatísticas disponíveis.

O relatório apresenta uma análise de indicadores tais como, participação nas categorias sócio-ocupacionais, rendimento médio mensal e anos médios de estudo, além de indicadores sobre distribuição de rendimento e caracterização sócio-econômica das famílias. Outros temas importantes para a compreensão da articulação entre raça e estratificação social na sociedade brasileira, como padrões diferenciais de mobilidade social e de casamento, também são abordados.

As informações utilizadas no desenvolvimento destes temas são provenientes da PNAD — Mão-de-Obra 1976 e de seu suplemento, Mobilidade e Cor, que foi igualmente elaborado pelo DEISO.

Este estudo tem ainda por objetivo dar continuidade aos trabalhos que analisaram a questão racial no Brasil, utilizando-se de dados secundários a partir de 1872 quando o que se convencionou chamar “quesito cor” foi introduzido no Censo Demográfico e, a partir de então, nos Censos de 1890, 1940, 1950, 1960 e 1980.

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	9
a) O levantamento do “quesito cor” nos Censos Demográficos e na PNAD — 1976	9
b) Algumas definições conceituais	10
2. RAÇAS E CLASSE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO ..	13
2.1 — Raça e classe no pensamento de Otávio Ianni e de Florestan Fernandes	14
2.1.1 — Raça e conflito de classe	14
2.1.2 — Raça e a modernização das relações sociais	15
2.2 — Raça e a teoria da marginalidade social	19
2.2.1 — Raça e o modelo funcionalista da marginalidade social	21
2.2.2 — Raça e o modelo histórico-estrutural da marginalidade social	21
3. A CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS E O ESTUDO DAS ARTICULAÇÕES ENTRE RAÇA E CLASSE	25
4. DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO	29
4.1 — As categorias sócio-ocupacionais, segundo a divisão racial	29
4.1.1 — Ocupações não manuais	30
4.1.2 — Ocupações manuais	33
4.1.2.1 — Ocupações manuais urbanas ..	35
4.1.2.2 — Ocupações manuais rurais	42

4.2 — Composição racial das categorias sócio-ocupacionais	45
4.2.1 — Categorias sócio-ocupacionais de negros ..	45
4.2.2 — Categorias sócio-ocupacionais de brancos ..	46
4.3 — Síntese dos diferenciais de rendimento médio e anos médios de estudo, segundo os grupos raciais	47
5. DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO	55
5.1 — Estrutura ocupacional e distribuição de rendimento	55
5.2 — Participação de brancos e negros em alguns cortes percentuais da distribuição do rendimento da força de trabalho	58
5.3 — Distribuição do rendimento dos brancos e negros ..	58
5.4 — Algumas medidas da desigualdade do rendimento entre brancos e negros	60
6. FAMÍLIA E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES	65
6.1 — Características sócio-econômicas de famílias brancas e negras	66
6.2 — Chefes de família — raça e sexo	68
6.3 — Família, inserção na força de trabalho e trajetórias ocupacionais	70
6.3.1 — Inserção na força de trabalho — idade e qualificação educacional	71
6.3.2 — Mobilidade social origem familiar e trajetórias ocupacionais	74
6.4 — Homogamia racial	76
7. CONCLUSÃO	79
APÊNDICE	81
BIBLIOGRAFIA	83

1 — INTRODUÇÃO

a) O levantamento do “quesito cor” nos Censos Demográficos e na PNAD 1976

A raça ou o que se tem convencionado chamar de quesito cor foi introduzido nos Censos Demográficos de 1872, 1890, 1940, 1950, 1960 e 1980 e no Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1976.

Em 1872, a população foi subdividida em população livre e população escrava e, segundo o Professor Mortara, a declaração da cor foi deixada ao recenseado livre, que definiu não somente sua cor mas a de seus escravos. Os entrevistados foram classificados da seguinte forma: se fossem livres — brancos, pardos, pretos ou caboclos e se escravos — pardos e pretos. Já em 1890, a população foi classificada segundo a cor em brancos, pretos, caboclos e mestiços.

A variável cor só voltou a ser pesquisada no Censo de 1940. A instrução dada era a de que se respondesse preta, branca e amarela. Quando não fosse possível esta qualificação o entrevistador lançaria um traço horizontal no lugar reservado para a resposta. Isto resultou na classificação da população em três grandes grupos — pretos, brancos e amarelos — e na constituição de um grupo genérico sob a designação de pardos (para os que se designaram como caboclos, mulatos, morenos etc, ou se limitaram ao lançamento do traço). Assim como no Censo de 1940, no de 1950 a população poderia qualificar-se em uma das seguintes cores: branca, preta e amarela. Quaisquer outras respostas (índio, caboclo, mulato, moreno etc...) ou traço no lugar da resposta foram posteriormente reunidas sob a designação de pardos.

O Censo de 1960 foi semelhante ao anterior quanto à classificação adotada para a apresentação dos dados. Quanto à forma de coleta, no entanto, introduziu-se pela primeira vez a pré-codificação, estabelecendo-se cinco retângulos correspondentes às cores branca, preta, amarela, parda e índia. Seria marcado com X o retângulo relativo à cor do recenseado sendo que os que se declarassem mulatos, caboclos, cafuzos, ou mesmos índios que vivessem fora dos aldeamentos ou dos postos indígenas, seriam assinalados como pardos. Na publicação, os que se declararam índios foram agregados ao grupo dos pardos.

Em 1976, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios incluiu em seu suplemento a variável cor desdobrada em dois quesitos. O primeiro deles tinha por objetivo investigar como os informantes identificavam a sua cor, ou seja, qual a terminologia utilizada para essa identificação. O segundo quesito visava obter do informante uma classificação da resposta dada ao quesito anterior, de acordo com a forma mais tradicional de investigação sobre cor nas pesquisas do IBGE.

A análise das respostas ao quesito aberto de cor, indicou, apesar da quantidade extensa de designações, haver uma elevadíssima concentração em alguns poucos termos. Aproximadamente 95% das respostas estavam concentradas em apenas sete designações de cor diferentes, sendo que quatro delas eram comuns às usadas no quesito fechado, ou seja: branca (41,9%), preta (7,6%), amarela (0,97%) e parda (7,6%). As outras três categorias mais frequentes foram as designações: clara (2,5%), morena clara (2,8%) e morena (34,4%). Verificamos que as pessoas que usaram o termo morena assinalaram em sua grande maioria a classificação parda. A classificação com as quatro categorias de cor representa, pois, um indicador bastante confiável da maneira pela qual os entrevistados se autoclassificam com relação à cor¹.

No Censo de 1980 o quesito cor foi levantado da seguinte maneira: o informante ou recenseado se autoclassificou em um destes quatro grupos — branco, preto, pardo ou amarelo.

b) Algumas definições conceituais

Nosso trabalho está baseado em informações da PNAD 1976 de Mão-de-Obra e no Suplemento de Mobilidade e Cor.

Para a realização do levantamento da PNAD o país "foi dividido em sete regiões sócio-econômicas visando à obtenção de resultados que refletissem a diferenciação regional das características da população". A PNAD — Mão-de-obra — 1976 investigou 79.406 domicílios e o Suplemento foi aplicado em cerca de 1/5 destes domicílios².

As informações utilizadas neste texto fazem parte de um plano tabular mais amplo que possibilitará a divulgação de um conjunto de

¹ O Suplemento da PNAD-1976 — Mobilidade e Cor foi elaborado no Departamento de Estudos e Indicadores Sociais por Tereza Cristina N. Araujo Costa. Consultar a respeito O Princípio Classificatório Cor, sua Complexidade e Implicações para um Estudo Censitário na *Revista Brasileira de Geografia* 36 (3): 91-103, julho/setembro/1974.

² Para informações mais detalhadas consultar *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* — 1976, volume 1, tomo 8, capítulo referente a Aspectos do Plano de Amostragem, pp. XIII. IBGE, Rio de Janeiro, 1978.

indicadores de população e família, força de trabalho, rendimento, educação e mobilidade social relativos à situação sócio-econômica de brancos e negros no Brasil e em algumas regiões da PNAD.

No decorrer deste texto e do projeto de pesquisa mencionado anteriormente estaremos trabalhando com apenas três das categorias de cor — brancos, pretos e pardos — relevantes para nossa temática. Em vários momentos estaremos reunindo pretos e pardos sob a designação “negros” já que consideramos que os indivíduos que se autoclassificaram nestas categorias compartilham de uma situação sócio-econômica semelhante com base nos indicadores relativos a rendimento, educação, inserção na força de trabalho, mobilidade social e outros que serão apresentados no decorrer deste relatório de pesquisa ³.

A utilização do termo “negro” para a designação deste grupo social se justifica com base em alguns critérios.

Fizemos um levantamento bibliográfico e verificamos que o termo “negro” é um termo consagrado pelo pensamento social brasileiro para designar pretos e pardos em suas manifestações sociais e culturais. Assim o fizeram autores como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando H. Cardoso, Edison Carneiro, Donald Pierson, Nina Rodrigues, Carlos Alfredo Hasenbalg, Artur Ramos, Luiz Antonio da Costa Pinto, Clóvis Moura, Oracy Nogueira, Gilberto Freyre e outros como pudemos constatar numa consulta à bibliografia elaborada por Solange Martins Couceiro da qual constam cerca de 880 títulos ⁴.

Outro critério adotado por nós e que consideramos da maior importância foi consultar pesquisas sobre identidade étnica com informantes negros e apreender as categorias que utilizavam para se auto-identificar. Estabelecemos, também, contatos com entidades negras buscando subsídios para esta questão e constatamos que a categoria “negro” é de uso corrente, sendo incorporada mesmo na denominação de entidades nacionais como o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), e no Rio de Janeiro por entidades como o Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (IPCN) e o Grêmio Recreativo de Cultura e Artes Negras (Quilombo) ⁵.

O procedimento anterior é inclusive recomendado pela ONU que diz a respeito: “As definições e os critérios aplicados por cada país para

³ Ver também o trabalho de Nelson Valle e Silva, *O Preço da Cor: Diferenciais Raciais na Distribuição de Renda no Brasil* in *Pesquisas e Planejamento*, volume 10, número 1, abril de 1980, pp. 21-44.

⁴ Consultar Solange Martins Couceiro, *Bibliografia sobre o Negro Brasileiro*, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, SP, Brasil, 1971.

⁵ Os trabalhos de Marilena dos Reis Peluso/*Fazer a Cabeça*, 1980, e de Moema de Poli Teixeira, *Identidade Étnica e Entidades Negras*, 1980 apresentam uma análise das representações e categorias utilizadas por informantes negros ligados a algumas associações culturais e políticas negras.

Consultar, também, Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant (organizadores), São Paulo: *O Povo em Movimento*, Ed. Vozes, CEBRAP, 1980; especialmente o capítulo 6, “Organizações Negras”, p. 143-175 de Clóvis Moura.

o estudo das características étnicas da população devem portanto ser determinados pelos grupos que se procura identificar" ⁶.

Classificamos estes grupos que estamos estudando, brancos e negros de grupos raciais. Fizemos anteriormente uma reflexão sobre as dificuldades inerentes à escolha de um esquema conceitual adequado para a análise das relações raciais: "pode-se constatar que as relações interétnicas não foram objeto de estudo por boa parte dos clássicos da Sociologia como Marx, Durkheim e outros que dedicaram apenas incidentalmente atenção a este objeto. Mesmo a contribuição de Weber, embora significativa, é apenas uma pequena parte de sua obra. Pensamos ter este fato contribuído para a atual configuração dos estudos sobre relações interétnicas. Tais abordagens, em sua maioria, fazem eco à opinião pública das sociedades em que se originam e nas quais se estrutura a consciência de que as relações interétnicas constituem um problema social. Esta orientação tem-se caracterizado igualmente pela pouca clareza conceitual. O campo "relações interétnicas" tem sido analisado através de estudos de contato cultural, conflito de classe, sistema de castas, análises psicossociais de práticas de discriminação e estudos antropométricos. O mesmo se presta a estas abordagens diversas que, contudo, têm sido feitas sem uma perspectiva teórica unificadora e sem uma discriminação conceitual aprofundada. Os termos raça, etnia e cor são usados indistintamente" ⁷.

Neste relatório estamos utilizando "raça" em vez de "cor" que é o termo tradicional utilizado pelo IBGE por considerar que este último enfatiza os fenótipos e que deixa de fora os aspectos culturais e históricos da constituição dos grupos sociais em estudo. Consideramos ser adequada a utilização do termo raça, adotado por muitos cientistas sociais brasileiros e pelos grupos e entidades negras, não em seu sentido biológico, já tão exorcizado, mas com a finalidade de denotar a origem comum dos grupos e sua trajetória histórica ⁸.

Roberto da Matta num estudo recente afirma que, "entre nós, o conceito passou a ser, como o sistema que o abriga, totalizante. De modo que para nós raça é igual a etnia e cultura. É claro que essa é uma elaboração cultural, ideológica, não tendo valor científico. Do ponto de vista biológico, a raça é uma variação genética e adaptativa de uma mesma espécie. Mas na conceituação social elaborada no Brasil "raça" é algo que se confunde com etnia e assim tem uma dada natureza" ⁹.

⁶ ONU, 1969: p. 27. Consultar, também, a respeito *Principes et Recommandations Concernant les recensements de population de 1970, Etudes Statistiques, Série M, número 44, Nations Unies, New York, 1969, p. 26-27.*

⁷ Costa, 1974: p. 91. Consultar, também, para uma visão abrangente do conceito de etnia Roberto Cardoso de Oliveira, *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976, capítulo IV "Reconsiderando Etnia", p. 81-111.

⁸ Consultar o texto de Pierre Lr. van den Berghe, *Race and Racism, a Comparative Perspective*, USA, John Wiley and Sons, Inc 1978 principalmente a Introdução sobre os vários conceitos de raça.

⁹ Matta, 1981: p. 84.

2 — RAÇA E CLASSE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Podemos considerar que o pensamento social brasileiro sobre raça tem duas orientações. Uma ligada originalmente a Gilberto Freyre e inspirada em Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos e que postula a existência de uma democracia racial brasileira. Nesta orientação dois conceitos se destacam na análise da questão racial no Brasil: o conceito de miscigenação e o de mobilidade social. A outra corrente é aquela liderada por Florestan Fernandes, cuja produção nos anos 50 e 60 demonstrou, a partir de análises de caráter histórico e dos dados gerados pelos censos demográficos sobre raça e força de trabalho, haver uma nítida desigualdade social entre brancos e negros no Brasil. Nesta orientação os elementos-chaves são as transformações econômicas: a industrialização e a urbanização e o seu impacto sobre a estratificação social¹.

Alguns dos temas seguintes foram tratados com menor ou maior ênfase e adequação teórica nas duas correntes de pensamento sobre relações raciais no Brasil:

- 1 — A especificidade do sistema escravista brasileiro e das relações raciais no Brasil — miscigenação e mobilidade social.
- 2 — A religião como forma de resistência cultural.
- 3 — A busca de identidade e as formas de organização social do negro.
- 4 — Raça e classe na estrutura social brasileira.

No contexto deste trabalho "O Lugar do Negro na Força de Trabalho" é o tema raça e classe na estrutura social brasileira que nos interessa mais, principalmente porque nos parece ser esta a questão chave que pode centralizar as discussões em torno dos outros temas. É também no contexto da segunda orientação, a que postula a existência de uma nítida desigualdade entre brancos e negros, que pretendemos ver este debate.

A seguir fazemos uma reflexão sobre as contribuições de Otávio Ianni e Florestan Fernandes com relação ao processo de integração do negro na sociedade de classe. Procuramos demonstrar a articulação que ambos fazem de raça e classe.

¹ Sobre o acervo de pesquisa desenvolvido na época, ver a bibliografia citada por Florestan Fernandes no capítulo 25 Anos Depois: o Negro na Era Atual in *Circuito Fechado* p. 64-65".

2.1 — Raça e classe no pensamento de Otávio Ianni e de Florestan Fernandes

2.1.1 — Raça e conflito de classe

O trabalho de Ianni — **Raças e Classes no Brasil** — tem uma grande afinidade teórica com a obra de Oliver C. Cox, o qual considera ter sido o conflito de classe o fator determinante das relações entre brancos e negros. É a partir desta perspectiva que Cox define o preconceito racial: “uma atitude social propagada entre o público por uma classe exploradora com o propósito de estigmatizar algum grupo como inferior, de maneira que a exploração do grupo mesmo ou de seus recursos possa se justificar”². Sobre o fenômeno das relações raciais Cox afirma: “é o fenômeno da exploração capitalista dos povos e a sua atitude social complementar... Mas o fato de significação crucial é que a exploração racial é meramente um aspecto do problema da proletarianização do trabalho independentemente da cor do trabalhador. Portanto, o antagonismo racial é essencialmente um conflito de classe”³.

Ianni caracteriza, em geral, os estudos sobre relações raciais no Brasil quando afirma: “em um país como o Brasil, em processo de industrialização, essas pesquisas não puderam desconhecer o papel dos processos econômicos dominantes. Por isso as investigações sobre as relações raciais envolvem a mobilidade social em geral, e particularmente o processo de proletarianização”⁴. A respeito do contexto em que se deve entender as relações raciais declara: “as manifestações de preconceitos, tais como as barreiras raciais, os estereótipos ou as ideologias raciais, são fenômenos que exprimem situações reais de contato entre grupos diversos, mas elas não são intelegíveis a não ser quando a análise ultrapassa essas manifestações fenomenológicas e atinge as suas raízes, que não são étnicas, raciais ou culturais, ainda que se expressem nesta esfera. Eles somente podem ser compreendidos quando os analisamos no contexto das estruturas econômico-sociais, tendo em vista o seu caráter social dominante: a formação da sociedade de classes. Em consequência, as relações entre determinados grupos humanos surgem à observação superficial como relações de natureza social ou cultural, como se essas esferas da realidade social possuíssem autonomia e significações determinantes e não derivadas”⁵.

A respeito da questão racial, diz Ianni que esta teria como componente estrutural determinante a força de trabalho. Seriam as transformações dos setores da economia dos países em industrialização que forneceriam a base do problema racial “na medida em que a desagre-

² Banton, 1970: p. 21.

³ Cox, 1959: pp. 321/333.

⁴ Ianni, 1966: p. 18.

⁵ Ianni, 1966: p. 42.

gação da ordem econômico-social escravocrata libertou forças produtivas capazes de iniciar a expansão industrial, que está reintegrando e diferenciando a estrutura global"⁶. Segundo o autor, esta concepção teórica possuiria o mérito de ser suficientemente geral para explicar as relações entre os mais diversos grupos raciais ou culturais na América Latina e no Brasil. Referindo-se à sociedade escravocrata, afirma Ianni ser esta uma sociedade de castas que, devido não só à dinâmica nacional como internacional, presencia a constituição dos pré-requisitos do novo sistema que irá denominar de sociedade aberta. É neste contexto que se situa a abolição da escravatura, gerando no escravo o trabalhador livre.

Segundo o autor: "como a reincorporação do negro e do mulato se faz no seio de um sistema econômico-social que também dispõe hierarquicamente as pessoas e, como ao lado deles haverá trabalhadores de diversas origens em competição, reifica-se a cor, delimitando-se o grupo e os indivíduos como negros e mulatos... A medida em que se organiza a concepção social do negro e mulato, como pertencentes à camada assalariada, redefinem-se reciprocamente negros, mulatos e brancos, criando-se, em consequência, as condições ideológicas do comportamento social específico da sociedade de classes"⁷. Ianni, à maneira de Cox, encara a consciência étnica como uma falsa consciência e o preconceito racial como uma ideologia de classe dominante: "discriminando-se racialmente os membros dos grupos sociais, hierarquizados ou não, não tomam consciência dos verdadeiros fundamentos das tensões que os opõem. Objetivando a cor, os atributos ideologicamente constituídos, essas tensões não alcançaram a consciência social dos membros da sociedade, enquanto membros das classes"⁸.

2.1.2 — Raça e a modernização das relações sociais

Para Florestan Fernandes "o que há de essencial para a análise da posição do negro, na ordem econômica e social emergente, é que eles teriam sido excluídos como categoria social das tendências modernas da expansão do capitalismo em São Paulo"⁹.

Segundo ele, ter-se-ia processado uma enorme modificação no sistema econômico e social sem que se reordenassem as relações raciais. Ao mesmo tempo o grupo negro sofre o impacto da modernização: "as orientações urbanas do crescimento econômico e sócio-cultural da cidade não favoreciam, ao contrário, solapavam e impediavam a persistência da parcela da herança cultural que poderia servir de

⁶ Ianni, 1966: p. 44.

⁷ Ianni, 1966: p. 50.

⁸ Ianni, 1962: p. 28.

⁹ Fernandes, 1966: p. 41.

sucedesse, vários movimentos simultâneos poderiam equacionar os interesses dos diferentes estratos daquela população, o que facilitaria a formação de uma consciência mais completa: a) dos interesses que variam de um nível social para outro; b) dos interesses que são comuns e que exigiriam a colaboração estreita dos diversos movimentos independentes. Semelhante processo permitiria oferecer incentivos próprios à mobilização das classes médias de cor (pouco identificadas com os alvos dos movimentos reivindicatórios que representam os interesses da gente negra monoliticamente) e corresponderia melhor ao tipo de solidariedade requerida pelo padrão integrativo da sociedade de classes. Em suma, faria com que os movimentos reivindicatórios produzissem maior rendimento, como canais de integração do negro ao estilo de vida imperante em São Paulo na era da civilização industrial”¹⁶.

Um dos elementos chaves característicos do sistema econômico-social engendrado pela industrialização seria o racionalismo.

Para Florestan Fernandes, este seria o elemento que iria desagregar a ordem racial. Para Ianni, a racionalidade estaria operando na elaboração do preconceito do ponto de vista do sistema econômico. Alguns estudos realizados sobre industrialização e relações étnicas, não corroboram a hipótese de Fernandes de que a identidade étnica desapareça ou perca significado como fator estruturador de relações sociais. O modelo de sociedade industrial a que se refere Fernandes teria os seguintes requisitos estruturais: a) uma perspectiva racionalista e secular; b) a predominância de relações contratuais sobre relações de **status**; c) mercados impessoais; d) mobilidade física e social de seus componentes¹⁷.

Os exemplos históricos da sociedade americana e da África do Sul constituem um forte argumento contra o de Fernandes, como o demonstra de maneira indiscutível o trabalho do professor Blumer. Neste, salienta com uma certa afinidade com Ianni que, na verdade, certos requisitos como o da racionalidade podem indicar uma adesão maior ao sistema de dominação racial e não a sua desagregação.

Em trabalho recente, Florestan Fernandes afirma que, vinte e cinco anos depois dos projetos de pesquisa sobre o negro coordenados por ele e Bastide, a desigualdade racial continua um fato inquestionável.

Afirma o autor que a “evolução mais plausível do capitalismo manterá o paralelismo de ‘raça e classe’ como sucedeu na sociedade estamental e de castas sobre a Colônia e o Império. Mantido semelhante paralelismo, qualquer padrão de relação racial igualitária e todo ordenamento de raça e classe em bases democráticas serão simplesmente inviáveis ... Que maior massa de negros se integrará nas

¹⁶ Fernandes, 1966: p. 372.

¹⁷ Blumer, 1965: p. 223.

classes existentes. Mas isso não romperá com as contradições raciais herdadas do passado e incorporadas ao regime de classes”¹⁸.

Vemos de modo ideal neste pequeno texto, a maneira pela qual o autor pensa a relação entre raça e classe. Fernandes fala em paralelismo quando o necessário é realmente perceber quais as suas articulações possíveis num dado momento histórico.

Mais adiante, o autor de certa forma deixa de lado esta concepção do paralelismo entre raça e classe, quando utiliza a categoria emprego como elemento mediador entre as duas dimensões de estratificação.

“Com o emprego o negro pode conquistar mais facilmente a base para a participação institucional de que esteve quase completamente excluído e pode montar novos projetos de vida”¹⁹, e continua: “ainda prevalece a condição de marginal, os jovens sem trabalho e sem perspectiva, a mãe solteira, o menor abandonado, a desorganização familiar e a miséria, o quadro global é menos tenebroso e apresenta aspectos compensadores onde o trabalho, o emprego, a classificação ocupacional e a mobilidade profissional incorporam o negro à classe operária ou a alguns setores da classe média”²⁰.

Resumindo a postura de Ianni e Fernandes, diríamos que: Ianni vê o conflito de classe como assumindo uma “falsa aparência” de conflito racial e, para Fernandes, o conflito racial se transformará em conflito de classe, deixando de ser a raça uma dimensão de maior importância.

Creio que podemos afirmar que o pensamento social brasileiro, exemplificado aqui por Otávio Ianni e Florestan Fernandes não esgotou o estudo das relações possíveis entre raça e classe no contexto das relações raciais no Brasil²¹.

2.2 — Raça e a teoria da marginalidade social

Durante o período em que estão sendo desenvolvidos e divulgados os projetos de pesquisa sobre relações raciais no Brasil, sob a coordenação de Florestan Fernandes e Bastide, há toda uma discussão sobre o processo de desenvolvimento brasileiro e latino-americano no contexto do pensamento econômico.

¹⁸ Fernandes, 1979: p. 83.

¹⁹ Fernandes, 1979: p. 85.

²⁰ Fernandes, 1979: p. 88.

²¹ Trabalhos mais recentes como o de Carlos Hasenbalg — **Discriminação e Desigualdade Raciais no Brasil**, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979, têm colocado a questão de forma que nos parece mais sugestiva. Consultar especialmente os capítulos III e VIII.

Este processo de desenvolvimento no Brasil e a nova divisão social do trabalho dele resultante foi basicamente estudado em temas como:

a) desenvolvimento econômico e os desequilíbrios regional, setorial e social (aumento das populações ditas marginais, migrações etc.);

b) baixo poder de geração de emprego da industrialização brasileira.

c) emprego e distribuição de renda.

O pensamento sociológico retoma estas questões elaborando a chamada "teoria da marginalidade" que comportou, como procuramos demonstrar a seguir, uma grande pluralidade de abordagens.

Uma destas abordagens foi aquela veiculada pelo Desal e que constituiria uma postura genérica adotada por muitos autores:

"Supõe-se que estes grupos tivessem uma condição social homogênea, e que esta homogeneidade de características os diferenciaria dos demais segmentos situados na base da pirâmide social. Estes grupos, geralmente imigrantes, estariam à margem do dinamismo urbano-industrial, coexistindo com este de forma letárgica. Formariam um mundo à parte relativamente desvinculados dos padrões modernos da sociedade"²².

Kowarick na sua tese *Capitalismo e Marginalidade na América Latina* faz uma análise do pensamento que utiliza o conceito de marginalidade social e o relaciona à temática mais ampla do desenvolvimento / subdesenvolvimento, cuja explicação teria duas vertentes interpretativas a saber:

a) o modelo funcionalista que em termos de mudança social aglutina as versões que gravitam em torno da teoria da modernização e onde as categorias emprego, subemprego e desemprego são centrais.

b) análise histórico-estrutural que redundou no conjunto de estudos que se convencionou denominar teoria de dependência²³.

Florestan Fernandes faz uma constatação importante quando indica a ausência da problemática racial nos estudos sobre margina-

²² Kowarick, 1972: pp. 4 e 7.

²³ Kowarick, 1972: p. 8. No período 1968/1973, quando se verifica um relativo crescimento da economia, as questões do emprego saem da ordem do dia nas discussões de intelectuais e técnicos sendo suplantadas pelo tema distribuição de renda; José Sérgio Leite Lopes in Doris Rinaldi Meyer et alii, *Emprego, Desemprego e Subemprego*, Rio de Janeiro, IBGE, 1980. É a ampliação deste debate com a incorporação de perspectivas ligadas a linha de análise histórico-estrutural, que permite a colocação de forma complementar da questão do trabalho.

lidade. Diz o autor que "os atuais estudos sobre populações marginais não contém referências as diferenças raciais. Ainda assim eles são úteis, não para uma sondagem dos processos de espoliação e de expansão da pobreza mas também para estudar-se como a modernização e a industrialização se refletem nos estratos mais pobres da população" ²⁴.

2.2.1 — Raça e o modelo funcionalista da marginalidade social

Pensamos haver uma afinidade razoável entre a abordagem que Fernandes faz das relações raciais no Brasil (mais especificamente, São Paulo) e a abordagem do modelo funcionalista da marginalidade social. Fazemos tal afirmação não apenas a partir das considerações deste autor sobre a utilidade dos estudos sobre populações marginais, mais principalmente, com base em textos como os já citados anteriormente: "o que há de essencial para a análise da posição do negro, na ordem econômica e social emergente, é que eles teriam sido excluídos como categoria social das tendências modernas da expansão do capitalismo em São Paulo" ²⁵.

"... O quadro global é menos tenebroso e apresenta aspectos compensadores onde o trabalho, o emprego, a classificação ocupacional e a mobilidade profissional incorporam o negro à classe operária ou a alguns setores das classes médias" ²⁶.

O tema integração/exclusão, fundamental na teoria de marginalidade, é recorrente na obra de Fernandes assim como a categoria emprego vista como o veículo por excelência de integração na "sociedade moderna de classes". Por outro lado, os conceitos de subemprego e desemprego serão utilizados na tentativa de explicar a existência daqueles grupos que não participam dos benefícios do sistema sócio-econômico segundo a ótica dualista da mesma teoria funcionalista da marginalidade.

2.2.2 — Raça e modelo histórico-estrutural da marginalidade social

Kowarick define este modelo de marginalidade como aquele que privilegiaria a relação desta com o sistema econômico — "o estudo do papel que exerce no processo de acumulação caracterizará a mar-

²⁴ Fernandes, 1979: p. 86. É interessante notar que entre os numerosos estudos que, num sentido amplo, poderiam se colocar sob a rubrica de marginalidade, apenas o relatório elaborado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo — **São Paulo 1975 — Crescimento e Pobreza** faz uma análise da posição dos diversos grupos étnicos na divisão social do trabalho — quando menciona a reprodução das desigualdades em São Paulo. As reflexões que o trabalho faz se baseiam em análises de Fernandes sobre o negro em São Paulo e em trabalho, então inédito, de Otávio Ianni agora publicado com o título: **Negritude e cidadania**.

²⁵ Fernandes, 1966: p. 41.

²⁶ Fernandes, 1979: p. 88.

ginalidade enquanto um modo de inserção nas estruturas de produção”²⁷.

Esta linha teria gerado a teoria de dependência a qual seria “explicativa dos fatores macroestruturais, tanto políticos e econômicos, como sociológicos e culturais. Podendo-se a partir dela analisar-se a trajetória histórica das sociedades periféricas tendo em vista suas relações com os países centrais”²⁸.

Fernando H. Cardoso mostra a importância do contexto único do capitalismo moderno para a compreensão das transformações sociais e mais especificamente da marginalidade urbana.

“Sem a elaboração de conceitos e análises que mostrem a relação entre o geral (a produção mercantil colonial) e o particular (as formas de organização da produção colonial) no contexto único do capitalismo moderno, é difícil entender como se relacionam as classes sociais e qual o movimento que em cada período as impele à transformação”²⁹.

Seria “impossível fazer uma análise histórico-estrutural dos fenômenos da chamada marginalidade urbana sem partir do estudo das funções das cidades coloniais... A desintegração do regime servil, a concorrência dos imigrantes no mercado urbano e a emergência de uma classe operária “nova” constituem processos interligados, sem cuja análise a referência à marginalidade urbana que ocorreu posteriormente é formal, ou seja, aponta efeitos parciais sem estruturá-los num todo hierarquizado”³⁰.

Segundo Cardoso, Fernandes faz uma boa análise deste processo na **Integração do Negro à Sociedade de Classes** e, juntamente com Bastide, em **Negros e Brancos em São Paulo**.

Este autor, falando sobre a sua trajetória humana e intelectual no ensaio denominado: “Em busca de uma sociologia crítica e militante”, assinala a importância da pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, como um ponto de partida para uma “nova era de investigação sociológica no Brasil”. Fala da sua perspectiva mais geral de “esclarecer os dilemas materiais e morais não só da democratização das relações raciais, mas da própria sorte da democracia no Brasil”³¹.

Fernandes mostra como e porque a temática do negro perde lugar para uma temática “mais ampla”, já esboçada na passagem anterior-

²⁷ Kowarick, 1972: p. 12.

²⁸ Kowarick, 1977: p. 65.

²⁹ Cardoso, 1975: p. 115. Este enfoque, permite a contextualização em nível internacional das relações raciais no Brasil e as interações da comunicação e mobilização raciais daí decorrentes.

³⁰ Cardoso, 1975: p. 121. Outra análise é realizada por Fernando Henrique Cardoso no Capítulo VIII, Condições Sociais da Industrialização: o caso de São Paulo in **Mudanças Sociais na América Latina**, São Paulo, Difel, 1969.

³¹ Fernandes, 1977: p. 199.

mente citada, e que o leva a uma reformulação das teorias sobre o "capitalismo", o regime de classes e o Estado nos centros imperiais da civilização industrial. Fundamental nesta busca de um contexto mais amplo, seriam as contribuições de F. H. Cardoso, Octavio Ianni, Luis Pereira, Marialice Foracchi, Maria Sylvia Carvalho Franco e Leoncio Martins Rodrigues, entre 1960 e 1965.

Diz o autor que: "as contribuições mencionadas forneceram um quadro de referência empírica que transcendia àquele que eu podia extrair das pesquisas sobre o negro. Por conseguinte ganhava uma perspectiva para "controlar" minhas conclusões e, ao mesmo tempo, para colocá-las em um contexto mais amplo, no qual entravam o empresário industrial, o trabalho operário e o sindicato, o estudante, o homem livre na sociedade escravista, o Estado brasileiro e as correntes político-partidárias".³²

As contribuições dos autores citados, como Cardoso, fizeram parte de um esforço mais global de reflexão sobre as especificidades do desenvolvimento capitalista no Brasil que gerou o modelo histórico-estrutural da marginalidade.

O texto de Fernandes indica de maneira clara como a questão racial, enquanto tema de investigação, foi sendo deslocada e substituída por uma temática "mais ampla", que, poderíamos dizer, constitui uma "conversa de branco".

Parece-nos que é precisamente dentro desta temática mais ampla que a questão das relações raciais deve ser recolocada, a fim de permitir uma reflexão mais adequada sobre as especificidades do processo de desenvolvimento brasileiro.

³² Fernandes, 1977: p 201.

3 — A CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS E O ESTUDO DAS ARTICULAÇÕES ENTRE RAÇA E CLASSE

A realização de várias pesquisas na área de emprego, mobilidade social e condições de vida das populações de baixa renda realizadas no Departamento de Estudos e Indicadores Sociais, demonstrou a necessidade de uma mediação mais eficiente entre o nível teórico e o nível das informações estatísticas disponíveis¹. Mais especificamente verificou-se a necessidade de elaboração de uma classificação da força de trabalho mais adequada aos propósitos de pesquisa do Departamento. Um primeiro esforço para a construção de tal classificação resultou no trabalho — **Categorias Sócio-Ocupacionais — Uma Proposta de Classificação da Força de Trabalho** (1980). O que se pretendia era ter como unidade de análise categorias ocupacionais com relativa homogeneidade interna e que se apoiassem em orientações teóricas pertinentes. A leitura de textos de autores como Elizabeth Jelin, Paulo Renato de Souza, Lucio Kowarick, L. A. Machado da Silva e Leite Lopes entre outros, nos sugeriu a necessidade de identificação das diversas formas de organização da produção e sua articulação com o sistema econômico mais amplo².

É neste contexto que devemos pensar as questões relativas à inserção da força de trabalho na estrutura ocupacional, onde categorias como trabalho assalariado, trabalho autônomo, rendimento e outras são relevantes.

É importante esclarecer que a classificação proposta por nós não pretende ser uma aproximação do conceito de classes sociais, e que

¹ Os problemas enfrentados pelos pesquisadores na passagem entre os dois níveis, principalmente no tema Emprego, é abordado de forma abrangente no texto de Doris R. Meyer et alii, **Emprego, Subemprego e Desemprego**, IBGE, 1980. A utilização dos dados da PNAD por vários pesquisadores é focalizada para mostrar a necessidade de um aperfeiçoamento das informações constantes desta pesquisa, bem como a necessidade de uma reflexão teórica rigorosa sobre as categorias de análise por parte do pesquisador.

² Ver por exemplo Elizabeth Jelin — "Formas da Organização da Atividade Econômica e Estrutura Ocupacional" em **Estudos CEBRAP**, 9, São Paulo, 1974. Paulo Renato de Souza — **Salário e Mão-de-Obra Excedente** — Departamento de Economia e Planejamento Econômico — UNICAMP — Campinas, 1976. José Sérgio Leite Lopes e Luiz Antônio Machado da Silva — **Mudança Social no Nordeste — Estudos sobre Trabalhadores Urbanos** — Editora Paz e Terra, 1979. Lucio Kowarick — **Capitalismo e Marginalidade na América Latina** — Editora Paz e Terra — 2.^a edição — Rio de Janeiro — 1977.

nosso estudo estará basicamente voltado para o estudo da inserção da força de trabalho na estrutura ocupacional³.

A utilização das categorias sócio-ocupacionais que são categorias de caráter empírico, constituídas a partir de dados estatísticos, podem nos remeter à ideia de uma estrutura de classe, embora não se confunda com esta.

O primeiro problema que se coloca na elaboração de qualquer classificação, são os critérios de definição desta. Como diz Bourdieu "desde as operações mais elementares, e aparentemente as mais automáticas do tratamento de informações se coloca uma escolha epistemológica e uma teoria do objeto"⁴.

Nossa postura é a de tornar explícita a afinidade que temos com algumas orientações teóricas e, as análises delas decorrentes, ainda que encontremos dificuldades em manter um mínimo de correção teórica quando se passa ao nível das informações disponíveis, e que constituem apenas indicadores parciais, aproximações dos conceitos a nível teórico⁵.

A primeira preocupação na construção dessas categorias foi a de separar as ocupações manuais das ocupações não manuais.

A distinção entre trabalho manual e não manual é uma das muitas qualificações a fazer sobre a força de trabalho. Sobre a pertinência desta distinção assumimos com Bilac que: "a divisão social do trabalho impõe, no interior das classes trabalhadoras, distinções de ordem político-ideológicas entre o trabalho manual e o trabalho não manual enquanto modalidades diferentes de subordinação do trabalho ao capital, cuja expressão mais evidente é a tendência à maior remuneração do trabalho não manual.

Tais distinções sem dúvida permitem, ao nível das práticas sociais, modalidades diferenciadas de vivências de situações de classe, à medida em que possibilitam, na esfera da produção, condições aparentemente diferentes de trabalho e, na esfera de distribuição, apropriações diferenciais de bens e serviços"⁶.

A classificação proposta aponta, portanto, dois grandes grupos com desagregação interna diversa — o dos trabalhadores manuais e dos trabalhadores não manuais.

Os grupos "Profissionais de nível superior, empresários e administradores" e "Profissionais de nível médio e pessoal de escritório",

³ Segundo Jelin "a distribuição da população nas atividades produtivas de uma sociedade, ou seja, sua estrutura ocupacional, deriva diretamente da estrutura produtiva que se transforma historicamente". Jelin, 1974: 53.

⁴ Pierre Bourdieu, Jean Claude Chamboredon et Jean Claude Passeron — *Le Métier de Sociologue* — Paris, Mouton, 1973.

⁵ Durkheim vê assim a noção de indicador: "a solidariedade social é um fenômeno moral que, por ela mesma, não se presta à observação exata e sobretudo à medida. Para proceder tanto à classificação quanto à comparação é preciso portanto, substituir ao fato interno que nos escapa, um fato exterior que o simboliza e estudar o primeiro através do segundo..." Durkheim, 1975: 170.

⁶ Bilac, 1978: p. 21.

estão referidos às ocupações não manuais, enquanto os demais representam as ocupações manuais.

No caso das ocupações não manuais, o primeiro grupo engloba as pessoas de mais alto nível de escolaridade representadas pelos profissionais de nível superior e aquelas que têm a propriedade ou gerenciam os meios de produção, no caso os empresários e os administradores.

O segundo grupo ocupacional engloba as ocupações que exigem um certo grau de escolaridade para o seu desempenho. Aí estão incluídas, por exemplo, as ocupações administrativas de nível médio ligadas principalmente aos médios e grandes estabelecimentos que possuem maior organização empresarial.

Para os trabalhadores com ocupações manuais considerou-se relevante identificar sua forma de inserção no processo produtivo, uma vez que se constitui fator de diferenciação social se estar vinculado ao sistema de produção dominante ou a outras formas mais tradicionais de organização da produção, que envolvem relações de trabalho não capitalistas, como por exemplo, aquelas baseadas exclusivamente no trabalho familiar.

Na elaboração das Categorias, partimos do Código de Ocupações utilizado pelo IBGE, onde há o maior nível de especificação das ocupações e, utilizando as categorias posição na ocupação e setor de atividade, construímos uma classificação ocupacional, entre as várias possíveis, resultante do cruzamento entre as dimensões mencionadas.

Categorias sócio-ocupacionais

1 — Profissionais em ocupações de nível superior, empresários e administradores;

2 — Profissionais em ocupações de nível médio e pessoal de escritório;

3 — Empregados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal;

4 — Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal;

5 — Empregados em ocupações da indústria de transformação e da produção extrativa mineral;

6 — Empregados em ocupações da indústria da construção civil;

7 — Empregados em ocupações do comércio;

8 — Empregados em ocupações dos transportes;

9 — Empregados em ocupações da prestação de serviços;

10 — Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da indústria de transformação e extrativa mineral, da construção civil, do comércio, dos transportes e da prestação de serviços;

11 — Outros.

4 — DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Nesta parte do estudo pretendemos analisar a inserção de brancos e negros (pretos e pardos) na estrutura ocupacional brasileira, a partir das categorias sócio-ocupacionais apresentadas anteriormente.

Inicialmente, veremos como cada grupo racial se distribui entre as categorias construídas e, na parte final do presente capítulo, examinaremos a composição racial interna a cada uma dessas categorias.

Utilizaremos, principalmente, informações da PNAD-76 e seu Suplemento sobre rendimento médio mensal e anos médios de estudo para a caracterização das categorias ocupacionais e para a análise comparativa entre os grupos raciais.

4.1 — As categorias sócio-ocupacionais, segundo a dimensão racial

A força de trabalho em 1976 é composta de aproximadamente 39 milhões de pessoas, das quais, 57,1% declararam-se de cor branca (22,2 milhões), 30,9% de cor parda (12,0 milhões) e 9,3% de cor preta (3,6 milhões) (tabelas 1 e 2).

Inicialmente, podemos dizer que a estrutura ocupacional da força de trabalho apresenta grande concentração nas categorias representativas das ocupações manuais, que absorvem mais de 80% do total das pessoas ocupadas em 1976. Conseqüentemente, as ocupações não manuais, aquelas com melhores condições de trabalho além de maior remuneração, têm um peso relativamente bem menor na estrutura ocupacional. Estas ocupações são, no entanto, preenchidas diferentemente por negros e brancos. Assim, enquanto 23,1% dos brancos possuem ocupações não manuais, as proporções encontradas para pretos e pardos foram bem inferiores, 4,7% e 9,9%, respectivamente. Em contrapartida, a participação nas ocupações manuais agrícolas às quais correspondem o menor nível de rendimento e o menor nível de qualificação educacional é também diferenciada segundo os grupos raciais. Enquanto 44,4% dos pretos e 42,8% dos pardos encontravam-se nestas ocupações a proporção de brancos era bem inferior, da ordem de 30,0% (tabelas 1 e 2).

Uma outra diferenciação muito importante, que será examinada no decorrer do trabalho, é quanto à forma de inserção dos grupos raciais na estrutura de produção. Uma vez que coexistem no sistema capitalista brasileiro outras formas de organização da produção, torna-se relevante tecer considerações quanto as formas e as possibilidades

de engajamento da força de trabalho. A uma inserção diferenciada podem corresponder situações e condições de trabalho distintas o que é fundamental para nossa análise.

4.1.1 — Ocupações não manuais

As categorias sócio-ocupacionais "Profissionais de nível superior, empresários e administradores" e "Profissionais de nível médio e pessoal de escritório", englobam a força de trabalho engajada em ocupações não manuais.

A primeira delas engloba as pessoas de mais alto grau de escolaridade, representadas pelos profissionais de nível superior e aquelas que têm a propriedade ou gerenciam os meios de produção representadas pelos empresários e administradores. É pequena a participação da força de trabalho nesta categoria, 5,9%, o que indica o afunilamento na estrutura ocupacional brasileira,¹ com o sistema produtivo gerando poucas oportunidades das pessoas serem absorvidas nesta categoria. Mas, afora o limitado acesso a estas posições é, também, bastante diferenciada a participação dos grupos raciais na estrutura ocupacional. Enquanto 8,5% dos brancos (1 890,2 mil pessoas) estão nestas ocupações, somente 1,1% dos pretos (40,0 mil pessoas) e 2,7% dos pardos (326,3 mil pessoas) nelas são encontradas (tabelas 1 e 2).

Os profissionais de nível superior estão representados predominantemente pelos engenheiros, contadores, advogados, professores do 2.º grau, universitários, médicos, dentistas e economistas, etc., cuja escolaridade média se situa em torno de 14 anos de estudo.

Os administradores incluem administradores na agropecuária, na indústria, no comércio e diretores e chefes no serviço público. Assim sendo, o nível de escolaridade das pessoas com estas ocupações é mais heterogêneo que o dos profissionais de nível superior, uma vez que os requisitos educacionais para a administração nos diversos setores são diferenciados. Por exemplo, o nível educacional encontrado no setor primário tende a ser muito diferente daquele encontrado para os administradores do comércio de valores e diretores no serviço público. São, entretanto, os empresários, os que apresentam os maiores desníveis de escolaridade (e de rendimento). Aí se encontram as ocupações de agricultores, industriais, comerciantes, etc., que implicam no desempenho de funções muito diferenciadas dependendo do tipo, tamanho e complexidade dos estabelecimentos² a que estejam ligadas.

¹ No Relatório da OEA — América em Cifras — Situation Social, Washington, D.C., E.U.A., 1975 — temos os seguintes dados para países da América do Sul e do Norte: Pessoas em Ocupações Não Manuais: Argentina — 9,0%; Chile — 8,4%; México — 8,2% e E.U.A. — 22,7%. FONTE: Censos Demográficos de 1970.

² Neste sentido, a posição de um minifundiário ou de um proprietário de uma indústria de fundo de quintal é substancialmente diferente da de um agricultor ou industrial de algum estabelecimento de grande porte.

**Anos médios de estudo das pessoas ocupadas na categoria
sócio-ocupacional de profissionais de nível superior;
administradores e empresários, segundo a cor — 1976**

CATEGORIA SÓCIO-OCUPACIONAL	ANOS MÉDIOS DE ESTUDO			
	Total	Branco	Pretos	Pardos
TOTAL.....	9,1	9,7	4,8	6,5
Profissionais de nível superior.....	14,4	14,5	13,0	13,4
Administradores.....	9,0	9,8	7,2	5,4
Empresários.....	5,3	5,7	1,4	3,4

NOTA — Estas informações devem ser vistas com certa cautela em função do tamanho da amostra, de menor significância a este nível maior de desagregação.

Observando-se as informações sobre a média dos anos de estudo para as pessoas nesta categoria, segundo a raça, tem-se que a média encontrada para a população negra é inferior (4,8 para os pretos e 6,5 para os pardos) a encontrada para a população branca (9,7). Tomando-se as subcategorias ocupacionais percebemos que àquelas mais heterogêneas internamente correspondem os maiores diferenciais de instrução. No caso dos empresários isto pode significar que os negros estejam principalmente vinculados, por exemplo, às pequenas unidades de produção agrícola, aos pequenos estabelecimentos do comércio e indústrias de pequeno porte. Assim, é bastante expressiva a participação dos negros nas ocupações de “agricultores e pecuaristas”, “comerciantes” e “administradores em empresas da agropecuária”, enquanto os brancos encontram-se em proporções significativamente superiores as dos negros nas ocupações de “industriais” e de “administradores na indústria de transformação”, “no comércio”, “no comércio de valores e companhias de seguros” e “outros administradores em empresas privadas”³.

Por outro lado, observamos a participação bem reduzida de negros, principalmente de pretos, em ocupações de maior nível educacional, como as de “engenheiros”, “médicos”, “advogados e defensores públicos” e “professores do ensino superior”. O rendimento médio para negros e brancos nesta subcategoria é também significativamente diferenciado, cerca de Cr\$ 11.500,00 para os brancos e Cr\$ 7.800,00 para os negros⁴.

³ Estas informações foram extraídas de uma tabulação especial sobre a composição interna das categorias sócio-ocupacionais, onde cada ocupação está representada ao maior nível de desagregação possível (3 dígitos) e na qual, conseqüentemente, encontramos em determinados casos freqüências baixas.

⁴ Também estas informações, por serem por demais desagregadas em virtude do tamanho da amostra, devem ser vistas com certa cautela. O Censo Demográfico de 1980 fornecerá informações com maior representatividade estatística.

Quanto ao rendimento médio encontrado para a categoria "Profissionais de nível superior, empresários e administradores" tomada como um todo, verificamos que é ela que apresenta o maior rendimento médio entre as demais categorias sócio-ocupacionais (Cr\$ 9.374,10). As posições que os negros ocupam nas categorias, estão refletidas no nível do seu rendimento médio que é muito reduzido comparativamente ao dos brancos. O rendimento médio dos pretos equivale a 37,0% e o dos pardos a 50,0% do rendimento médio dos brancos, ou seja, enquanto o rendimento médio destes era de Cr\$ 10.229,80 o dos pretos era de Cr\$ 3.776,50 e o dos pardos Cr\$ 5.070,30 (tabela 4).

Estas informações indicam que o afunilamento da estrutura ocupacional ocorre de forma consideravelmente mais acentuada para os negros, os quais, mesmo quando conseguem alcançar aquelas posições ocupacionais, encontram-se em situação econômica menos favorável que a dos brancos.

A outra categoria sócio-ocupacional que engloba ocupações não manuais é a dos "Profissionais de nível médio e pessoal de escritório". Esta categoria absorve 11,1% da força de trabalho sendo, pois, mais expressiva que a categoria analisada anteriormente e compõe-se de ocupações como "auxiliares de escritório", "tesoureiros e caixas", "auxiliares e técnicos de nível superior", etc. Aparecem ainda, de forma significativa, dentro desta categoria ocupacional os "professores do 1.º grau" e os "professores não especializados" (onde a inserção das mulheres é muito significativa).

A própria expansão industrial a partir dos anos cinquenta, com a implantação de muitas unidades de produção de grande porte como, as indústrias de base e as de bens de consumo duráveis, contribuiu diretamente para o aumento da demanda por estas ocupações⁵. Como reflexo da industrialização, o setor serviço foi dinamizado passando também a demandar pessoal de nível médio.

Apesar da crescente importância dessas ocupações nas últimas décadas, chama a atenção o fato de a maior parte das posições da categoria ser preenchida por brancos. Assim, enquanto 14,6% dos brancos encontram-se nesta categoria, esta proporção é bem inferior para a população negra, 3,6% para os pretos e 7,2% para os pardos (tabela 1).

Quanto à média de anos de estudos encontrada para esta categoria ela é relativamente alta, 8,7, indicando que pelo menos o primeiro grau completo é exigido para a maioria das ocupações do grupo (tabela 3).

O rendimento médio destes "Profissionais de nível médio e pessoal de escritório" é, no entanto, mais diferenciado que os anos médios de estudo para os grupos raciais (conforme quadro apresentado na parte 4.3, pág. 48), sendo o rendimento médio dos negros nesta categoria cerca de 80% do auferido pelos brancos.

⁵ Segundo o Censo Demográfico de 1970 tem-se que aproximadamente 25% das pessoas com funções burocráticas e de escritório estavam no setor industrial.

Como veremos no decorrer do trabalho, as desigualdades de rendimento e educação e também de trajetórias ocupacionais entre brancos e negros são maiores, em geral, no segmento não manual da força de trabalho.

4.1.2 — Ocupações manuais

Para as ocupações manuais, duas dimensões foram incorporadas à análise das desigualdades raciais. A primeira diz respeito ao tipo de inserção diferenciada da força de trabalho, visto através da posição na ocupação — empregados e autônomos —, e a segunda se refere ao setor de atividade a que está predominantemente subordinado o desempenho da ocupação — ocupações do setor primário ou rurais e ocupações da indústria e do terciário ou urbanas.

Ao nível das categorias ocupacionais utilizadas a aproximação feita, em termos gerais, dos empregados como sendo aqueles trabalhadores vinculados ao setor empresarial capitalista e os autônomos (e não remunerados) como aqueles que se encontram no setor não capitalista deve ser relativizada porquanto estas categorias não são homogêneas internamente.

A posição de autônomos engloba, trabalhadores bastante diferenciados pelo grau e tipo de habilidade profissional, correspondendo a uma ampla gama de ocupações desde as mais especializadas que exigem para seu desempenho seja um certo grau de treinamento profissional seja uma acumulação prévia de recursos que se traduz na posse de alguns meios de produção (a terra e os instrumentos de trabalho, por exemplo) até aquelas quase exclusivamente braçais. A categoria engloba, portanto, trabalhadores muito heterogêneos em função não somente do tipo de tarefa a ser desenvolvida como do grau de conhecimento (controle) do processo de trabalho. Assim é, que podemos supor que haja para alguns autônomos opção entre o emprego assalariado e o biscate, sendo que a escolha pelo biscate decorre muitas vezes de sua habilidade profissional e de seu círculo de relações, que lhe garantem as condições necessárias para enfrentar os riscos de “auto-emprego”. Para outros, no entanto, muitas vezes a possibilidade de assalariamento está totalmente fechada e o biscate é a única opção de engajamento. Ainda há alguns autônomos que conjugam trabalho assalariado e trabalho autônomo em função de situações específicas de sua vida ⁶.

⁶ Souto de Oliveira, et alii, 1974: p. 64. Quanto à “opção” do Trabalhador Autônomo, Machado da Silva, 1977:94 acredita que ela é sempre pensada em caráter complementar ao trabalho assalariado regular. Souto de Oliveira também salienta a combinação “de formas distintas de trabalho mostrando ainda os mecanismos que condicionam a opção por trabalho autônomo que estariam ligados ao trabalho assalariado regular — mecanismos como mobilização do FGTS, indenização e aposentadoria (caso da montagem de negócio)”. Souto de Oliveira, 1980:218.

A categoria empregado, por outro lado, engloba, em virtude do conceito utilizado pela PNAD, a força de trabalho vinculada às grandes e médias empresas e a mão-de-obra contratada por pequenos proprietários ligada, portanto, a estruturas de produção baseadas no trabalho familiar ou em outras relações de produção.

A categoria apresenta, portanto, um certo grau de heterogeneidade quanto ao tipo de inserção da força de trabalho em função do tipo de estabelecimento ao qual está engajada⁷. Assim, apesar de apresentar como característica comum a forma de remuneração (o salário), a força de trabalho absorvida em diferentes unidades de produção, pode apresentar relações de trabalho distintas.

Difícil é, no entanto, a partir dos dados disponíveis detectarmos os trabalhadores vinculados às diversas formas de organização da produção uma vez que a produção estatística não tem presente, como fundamental, esta preocupação⁸. No caso dos empregados, por exemplo, alguns indicadores poderiam ser utilizados no sentido de identificar aqueles empregados com maior probabilidade de estarem formalmente vinculados ao setor empresarial — capitalista. Esses indicadores seriam: carteira assinada pelo empregador, remuneração pelo menos igual ao salário mínimo, forma de recebimento exclusivamente monetária etc., uma vez que estas são características mais presentes no modo de produção dominante. A ausência de tais características não autoriza, entretanto, a afirmação de que os empregados estejam fora das empresas capitalistas pois estas nem sempre cumprem as leis trabalhistas. Além disso, empregados em unidades de produção com forma de organização não capitalista podem possuir algumas delas. Embora seja difícil a apreensão da variedade de relações de trabalho existentes na economia a partir das informações disponíveis, isto não invalida, embora limite, a possibilidade de fazermos algumas hipóteses sobre as diferenças internas às categorias estudadas através dos indicadores selecionados.

Afora a inserção diferenciada consideramos relevante, ainda, examinar a composição ocupacional racial da força de trabalho nos grupos de ocupações manuais rurais e urbanas. Este último foi, ainda, desagregado em ocupações da indústria, do comércio, dos transportes

⁷ Alguns estudos procuram elaborar uma tipologia das diversas formas de organização de produção existentes na economia brasileira. Formas estas criadas e recriadas (e subordinadas) ao modo de produção dominante. Ver a este respeito Jelim 1974, Kowarick 1972 e Paulo R. Souza 1978.

⁸ Alguns esforços neste sentido são notados no âmbito da Fundação IBGE que através de suas pesquisas domiciliares vem introduzindo quesitos que passam a permitir uma melhor apreensão do problema. São exemplos disto os quesitos relacionados à Posição na Ocupação, onde se tentou qualificar os conta-própria (Autônomos) em "Estabelecidos" e "Não Estabelecidos" (PNAD 1976) e os "Trabalhadores Agrícolas Volantes" (Censo Demográfico — 1980) e, ainda o quesito sobre o "tamanho do estabelecimento" ao qual o trabalhador está vinculado que indaga o número de pessoas existentes no estabelecimento ou negócio no qual o entrevistado trabalha (PNAD — 1979).

e da prestação de serviços, uma vez que a absorção da mão-de-obra, ao nível destes subsetores, também se dá de forma desigual segundo a raça.

4.1.2.1 — Ocupações manuais urbanas

a) "Empregados em ocupações manuais da indústria".

Quando passamos ao estudo das principais categorias ocupacionais urbanas destacamos a dos "Empregados em ocupações da indústria" (Transformação, Extrativa Mineral e Construção Civil) absorvendo 13,6% do total das pessoas ocupadas em 1976. Esta categoria engloba os trabalhadores desprovidos de meios de produção que participam com seu trabalho no processo de produção, vendendo a um empregador sua força de trabalho e recebendo, em contrapartida, um salário como remuneração.

Os "Empregados em ocupações da indústria de transformação e da Extrativa Mineral" que representam 10,1% do total das pessoas ocupadas estão, em sua grande maioria, ligados ao setor industrial (73,3% na PNAD Mão-de-Obra-1979) ⁹. Grande parte deles encontra-se vinculada a empresas industriais que comandaram as transformações estruturais do processo de industrialização brasileiro a partir dos anos 50. Nesta nova etapa da expansão industrial se verificou não só a implantação de setores industriais produtores de bens de produção e de consumo duráveis como também o processo de modernização de ramos tradicionais. A alteração da estrutura técnica das indústrias tradicionais e os novos setores implantados, altamente concentrados em capital, são os fatores responsáveis pela absorção relativamente baixa de mão-de-obra no setor industrial. Estão também incluídos nesta categoria ocupacional os empregados vinculados a pequenos estabelecimentos industriais, presentes de forma considerável na estrutura industrial brasileira.

Os "Empregados em ocupações da indústria de transformação" apresentam uma diferenciação ocupacional expressiva em função da complexidade e diversidade dos processos de produção industrial.

A proporção de empregados brancos e negros com ocupações da indústria de transformação é semelhante, com os primeiros participando ligeiramente mais que os segundos (10,7% e 9,4% respectivamente). No entanto, o rendimento médio encontrado para os pretos era de 60% e o dos pardos de 75% daquele encontrado para os brancos. Este diferencial pode ser explicado pela inserção desigual dos grupos raciais, não somente na estrutura ocupacional, mas, também, pela posição que o trabalhador ocupa no processo de produção industrial, em função do tipo e complexidade do estabelecimento ao qual está

⁹ Cabe lembrar que podemos encontrar empregados com ocupações da indústria em setores de atividades não-industriais, como é o caso, por exemplo, de mecânicos ou marceneiros trabalhando na Agricultura ou nos Serviços.

vinculado. Por exemplo, nas ocupações mais qualificadas da categoria, como as de “mestres e contramestres” e “ajustadores, montadores e instaladores de maquinaria”, encontramos uma proporção bem mais reduzida de negros¹⁰.

Já na Indústria da Construção Civil, dinamizada a partir de meados de 60 com a intensificação dos programas habitacionais e dos investimentos governamentais em infra-estrutura, engloba em grande maioria, os “Empregados em ocupações da construção civil”, categoria esta que absorve 3,5% da força de trabalho em 1976 (e 5,0% quando considera apenas a força de trabalho masculina). Grande parte destes trabalhadores possui, em geral, pouca ou nenhuma qualificação profissional, desempenhando atividades de “serventes de obras” (30% do total de ocupados na categoria), às quais estão associadas tarefas gerais. As ocupações mais significativas nessa categoria são, no entanto, as que exigem para seu desempenho um processo de aprendizagem e prática — “pedreiros”, “pintores”, “encanadores” etc. Esses trabalhadores detêm, em geral, seus instrumentos de trabalho e têm algum grau de especialização que os habilitam a executar determinadas tarefas, relativas ao seu ofício, que exigem treinamento específico. Além destas ocupações a categoria engloba, ainda, os mestres-de-obras (5% da categoria) que são as ocupações manuais de mais alto nível no setor.

A categoria sócio-ocupacional “Empregados em ocupações da construção civil” possui, no entanto, importância relativa diferenciada na absorção da força de trabalho segundo a raça. Assim, enquanto ela engloba 3,5% do total de pessoas ocupadas, os brancos estão representados em apenas 2,7% e os pretos e pardos encontram-se numa proporção mais elevada, 5,1% e 4,3%, respectivamente¹¹. Apesar do maior significado da categoria para a força de trabalho negra, são os brancos que possuem o maior rendimento médio, da ordem de Cr\$ 1.540,00, sendo o dos negros cerca de 20% menor Cr\$ 1.191,20 para os pretos e Cr\$ 1.274,30 para os pardos). Um fator a explicar este diferencial é a predominância de negros nas posições inferiores (“serventes de obra”) e a concentração relativa de brancos nas posições mais elevadas (“mestre-de-obras”).

É importante assinalarmos algumas diferenciações quanto às categorias “Empregados em ocupações da indústria de transformação” e “Empregados em ocupações da indústria da construção civil”:

a) o rendimento médio dos “Empregados em ocupações da construção civil” é de, apenas, cerca de 70% do rendimento médio daqueles com ocupações da indústria de transformação;

¹⁰ Ver nota (3), página 31.

¹¹ Tomando-se somente a força de trabalho masculina (dado serem estas ocupações quase exclusivamente masculinas), as diferenças encontradas são ainda mais expressivas, com os brancos participando com 3,9%, os pretos, 7,4% e os pardos, 6,0%, enquanto a participação média é de 4,9%.

b) o rendimento médio é bem mais diferenciado entre os grupos raciais para os “Empregados em ocupações da indústria de transformação”;

c) o rendimento dos empregados pretos é tão baixo nas ocupações da indústria de transformação (60% do dos brancos) que se aproxima daquele encontrado para os empregados pretos em ocupações da indústria da construção civil;

d)) a média de anos de estudo (2,9) para os “Empregados em ocupações da construção civil” é bem inferior à média (4,2) encontrada para aqueles com ocupações da indústria de transformação.

Estas informações parecem indicar que à maior diversificação ocupacional da indústria de transformação vai corresponder, também, uma maior variação de salário, com os empregados brancos ocupando as posições mais altas. As ocupações da construção civil, ao contrário, menos diferenciadas, apresentam menores possibilidades para engajamento desigual segundo a raça. Parece-nos existir, claramente, na divisão social do trabalho industrial, uma dimensão racial, sendo esta mais expressiva nas ocupações da indústria de transformação¹², grupo ocupacional este que apresenta o maior rendimento médio entre os empregados nas categorias sócio-ocupacionais manuais.

b) “Empregados em ocupações manuais do terciário”

Como dito anteriormente, a expansão industrial a partir dos anos 50 se, por um lado, implicou uma geração de emprego industrial relativamente pequena, por outro acarretou a expansão de um conjunto de serviços (transportes, comércio, finanças, publicidade etc.) realizado pelo setor terciário. No entanto, a estrutura empresarial do terciário não vem absorvendo a totalidade da mão-de-obra excedente que, em parte, vai engajar-se em formas de organização não capitalistas, porém, articuladas e subordinadas ao setor produtivo moderno¹³.

Com estas considerações queremos chamar a atenção para o fato de que, também a categoria “Empregados em ocupações manuais do terciário” (comércio, transportes e prestação de serviços) é bastante

¹² Isto pode ser também configurado ao tomarmos como indicador a proporção de carteiras assinadas pelo empregador, sendo as seguintes as proporções encontradas: na indústria de transformação — 90,3% para os brancos, 80,2% para os pretos e 81,6% para os pardos e na construção civil — 70,7% para os brancos, 68,3% para os pretos e 64,7% para os pardos.

¹³ Como assinala Kowarick, 1977, p. 83, “trata-se de uma lógica estrutural, do tipo capitalista, que reúne formas desiguais e combinadas, e, que, ao se expandir, recria modalidades produtivas “arcaicas” (...), criando, também, “novas” formas tradicionais na divisão social do trabalho (...). Estes tipos de trabalho não são apenas constantemente fecundados pelo sistema capitalista como também estão a ele estruturalmente articulados”.

diferenciada internamente, englobando trabalhadores vinculados a distintas formas de organização da produção.

Um elemento, no entanto, deve ser levado em conta na explicação da distribuição de brancos e negros na estrutura ocupacional. Os trabalhos "Imprensa e Discriminação Racial", 1977, e "Mercado de Trabalho e Antagonismo Racial", 1979, de Hasenbalg, e, ainda, algumas entrevistas com informantes negros¹⁴, fornecem algumas indicações quanto a práticas discriminatórias no recrutamento de mão-de-obra. Tais práticas parecem ser mais freqüentes nas ocupações que exigem para seu desempenho contato direto com o público, em especial quando este contato se dá com pessoas de alta renda.

Passando agora ao exame das categorias ocupacionais referentes às ocupações manuais do setor terciário temos que a categoria de maior importância em termos da absorção de pessoas ocupadas entre as ocupações manuais urbanas é a dos "Empregados na prestação de serviços" (10,8% do total da força de trabalho). Das ocupações que fazem parte deste grupo a mais representativa é a dos empregados domésticos (quase 50% da categoria) e que tem, portanto, grande influência no rendimento médio mensal encontrado para a categoria, da ordem de Cr\$ 845,00. Enquanto 8,9% da força de trabalho branca está incluída nesta categoria ocupacional, essa proporção é 19,7% para os pretos e 11,8% para os pardos. Apesar do nível médio de instrução ser semelhante (e muito baixo) entre brancos e negros com essas ocupações, os diferenciais de rendimento são muito acentuados, com os negros ganhando em média 65% do que ganham os brancos. É importante observarmos que, na área urbana, essas são as ocupações a que correspondem as mais baixas remunerações, concentrando uma elevadíssima proporção de mão-de-obra feminina, 22,8% das mulheres contra 5,8% dos homens. A participação das mulheres é, também, bastante diferenciada segundo a raça, encontrando-se nesta categoria 43,8% da força de trabalho feminina preta, 25,8% da parda e 18,0% da branca.

O diferencial de rendimento pode ocorrer, em parte, em função da inserção desigual dos grupos raciais na estrutura ocupacional, uma vez que os negros se encontram proporcionalmente mais nas ocupações que apresentam um menor nível de rendimento como, por exemplo, a de empregados domésticos (onde é elevada a participação da mulher negra)¹⁵. Acreditamos ser, também, fator importante na desigualdade de rendimento a inserção diferenciada de brancos e negros em diferentes tipos de estabelecimentos. Aos estabelecimentos mais luxuosos e sofisticados (restaurantes, salões de beleza, barbearias, hotéis, etc.),

¹⁴ Ver, a este respeito, os trabalhos de Marilena dos Reis Peluso, 1980 — **Fazer a Cabeça** (Mimeo) e de Moema de Poli Teixeira, 1980 — **Identidade Étnica e Entidades Negras** (Mimeo).

¹⁵ É, também, significativamente diferente a proporção de empregados brancos e negros com carteira assinada na prestação de serviços, onde quase 50% dos brancos possuem esta característica, enquanto somente 30% dos negros a possuem.

onde o contato do empregado se dá com pessoas de alta renda, poderiam corresponder certas práticas discriminatórias quanto ao recrutamento da força de trabalho. Isto significa que, muitas vezes, a uma mesma ocupação estão associados diferentes graus de qualificação e de rendimento, sendo que aos negros parecem corresponder as posições mais desvantajosas.

Os "Empregados em ocupações do comércio" representam 3,6% do total da força de trabalho. Esta é a segunda categoria do grupo de ocupações manuais do terciário em termos de absorção de mão-de-obra, porém com uma proporção de força de trabalho consideravelmente menor que a da categoria mais importante do grupo "Empregados em ocupações da prestação de serviços" (10,8% examinada anteriormente).

São os "Empregados em ocupações do comércio" dentre os demais empregados em ocupações manuais urbanas os que apresentam os mais altos índices de escolaridade média, 5,3 anos de estudo. Isto poderia ser explicado pela exigência de um nível mínimo de escolaridade para o desempenho de certas tarefas relativas à comercialização de mercadorias (saber ler, escrever e contar com relativa destreza). A média de anos de estudo encontrada para a categoria ocupacional é, no entanto, significativamente diferente segundo a raça, com os brancos apresentando a média de 5,5 anos; os pardos 5,0 anos e os pretos uma média bem inferior, 3,7 anos de estudo.

Quanto ao rendimento médio mensal podemos verificar o mesmo tipo da desigualdade apresentada anteriormente, porém num grau ainda mais acentuado. Assim, o rendimento médio dos brancos (Cr\$ 1.847,40) é mais elevado que o dos pardos (Cr\$ 1.529,80) e praticamente o dobro do dos pretos (Cr\$ 942,00). Por outro lado, quando se compara a relação entre os anos de estudo da força de trabalho negra com a branca, os diferenciais são menores, 90% no caso dos pardos e 67% no caso dos pretos. O diferencial encontrado entre rendimento médio e anos médios de estudo mostra que o negro dispondo da mesma escolaridade que o branco pode vir a ocupar posições ocupacionais com rendimentos inferiores¹⁶.

Examinando as ocupações que compõem esta categoria podemos notar que as ocupações de maior nível de rendimento — por exemplo, de representantes comerciais ("pracistas e viajantes") são preenchidas predominantemente por brancos¹⁷. Cabe lembrar a possibilidade de ocorrer práticas discriminatórias no recrutamento de mão-de-obra em certos tipos de estabelecimento, como as casas comerciais de luxo, que acionam o item "boa aparência", que em outras palavras significa cor branca, no recrutamento de vendedores e balconistas (ocupações

¹⁶ Este fato é percebido quando examinamos o rendimento médio da força de trabalho segundo anos de estudo no capítulo referente à Reprodução das Desigualdades.

¹⁷ Ver nota (3), página 31.

mais representativas dessa categoria). Assim, aos negros caberia exercer estas mesmas ocupações nos supermercados, botequins e armazéns onde tais práticas seriam mais atenuadas. Estamos acionando nestas considerações o fator contato direto com o público como fator relevante no recrutamento diferenciado da força de trabalho nestas ocupações.

Além da melhor situação econômica dos empregados brancos em ocupações do comércio é também desigual a participação de cada grupo racial nesta categoria, com os brancos participando relativamente mais — 4,1% da força de trabalho branca, enquanto pretos e pardos entram na proporção de 2,3% e 2,8%, respectivamente ¹⁸.

Já os “Empregados em ocupações dos transportes” representam 3,0% da força de trabalho. Quando analisamos comparativamente o rendimento médio dos brancos e negros verificamos que os diferenciais são da ordem de 20%. Estes são os diferenciais mais baixos dentre as ocupações manuais urbanas, o que está relacionado (como no caso das ocupações da indústria da construção civil) à pequena diferenciação interna das ocupações que compõem a categoria. No entanto, algumas desigualdades podem ser assinaladas. Assim, na ocupação de “motorista”, a de mais alta posição no grupo, concentram-se, proporcionalmente, mais brancos que negros. Por outro lado, é nas ocupações que correspondem às funções mais desqualificadas como “estivadores”, “trabalhadores na construção de rodovias e ferrovias”, “carroceiros e tropeiros” que se encontra uma maior proporção de negros ¹⁹.

c) Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações manuais urbanas

A categoria “Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da indústria de transformação, da construção civil, do comércio, do transporte e da prestação de serviços” agrega a parte da força de trabalho urbana com inserção no mercado de trabalho, distinta daquela do modo de produção dominante.

Devido ao tamanho da amostra foi necessário agregarmos numa única categoria todos os trabalhadores autônomos e não remunerados com ocupações urbanas. Isto torna mais difícil a interpretação dos resultados, uma vez que a categoria engloba uma variedade de ocupações que vão desde ocupações bastante qualificadas até aquelas exclusivamente braçais.

Em que pese as restrições apontadas quanto à heterogeneidade desta categoria podemos, uma vez mais, perceber as diferenças entre os níveis de rendimento médio da força de trabalho, segundo a raça.

¹⁸ Também é significativamente diferente a proporção de empregados no comércio com carteira assinada segundo a raça. Enquanto aproximadamente 80% dos brancos possuem carteira assinada, esta proporção é de 70% para os pardos e de 65% para os pretos.

¹⁹ Ver nota (3), página 31.

O rendimento médio dos pardos representava somente 55,1% e o dos pretos 49,2% daquele auferido pelas pessoas brancas. Cabe assinalar que esta é das maiores diferenças de rendimento médio encontradas para as categorias manuais urbanas, entre brancos e negros.

A comparação do rendimento médio desses trabalhadores autônomos com o rendimento médio dos empregados nas demais categorias ocupacionais, manuais urbanas, aponta uma outra diferenciação entre brancos e negros. Os trabalhadores autônomos manuais urbanos, brancos, possuem, em média, rendimento mais elevado que os empregados manuais urbanos brancos. Para os trabalhadores autônomos negros isto não ocorre, sendo o rendimento médio, em alguns casos, semelhante e, em outros, inferior ao dos empregados negros nas demais categorias manuais urbanas. Isto nos sugere que é bem maior a proporção de autônomos brancos nas ocupações mais especializadas e/ou naquelas que exigem a posse de instrumentos de trabalho para o seu desempenho. Podemos pensar que uma grande parte desses trabalhadores brancos pode "optar" por esta forma de engajamento no mercado de trabalho, visando à obtenção de uma renda maior que a possível no caso do trabalho assalariado²⁰.

O indicador anos médios de estudo permite, também, perceber desigualdades entre os grupos raciais; encontramos 4,1 anos para os brancos, 2,4 anos para os pretos e 2,7 anos para os pardos. Isto está relacionado a uma inserção diferenciada do trabalhadores autônomos e não remunerados como será verificado a seguir.

Em caráter exploratório fizemos uma desagregação das informações relativas aos trabalhadores autônomos nas ocupações manuais urbanas, estudadas. Verificamos as seguintes tendências que deverão ser melhor especificadas e testadas, no próximo estudo, quando dispusermos das informações do Censo Demográfico de 1980:

— A maior participação relativa dos trabalhadores autônomos brancos nas ocupações dos Transportes e do Comércio.

— Em contrapartida, a maior concentração relativa dos autônomos negros nas ocupações da Prestação de Serviços, na Construção Civil e na Indústria de Transformação.

— As ocupações onde os brancos estão mais representados apresentam um rendimento médio mais elevado, destacando-se as ocupações dos Transportes com a maior participação de brancos (73,8%) e com maior rendimento médio (Cr\$ 3.932,00).

— Aos trabalhadores autônomos com ocupações da Prestação de Serviços correspondem o menor rendimento médio e a maior participação de negros (Cr\$ 886,30 e 49,2%, respectivamente), em seguida

²⁰ Ver no capítulo seguinte as informações sobre a participação no rendimento da força de trabalho branca e negra nas categorias de autônomos e empregados nas ocupações manuais.

**Distribuição percentual dos trabalhadores autônomos manuais
urbanos por cor, segundo os setores — 1976**

SEGUNDO OS SETORES	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES						RENDAMÉDIA DO SETOR (Cr\$)
	Total		Segundo a cor (%)				
	Absoluto	Relativo (%)	Bran- cos	Pretos	Pardos	Amarelos e sem declara- ção de cor	
TOTAL.....	4 231 085	100,0	58,0	7,4	30,4	4,2	2 423,5
Transformação.....	1 296 873	100,0	55,8	7,2	32,0	5,0	1 629,2
Construção civil.....	543 666	100,0	53,1	10,3	32,9	2,7	2 056,2
Comércio.....	1 494 184	100,0	61,4	5,3	29,1	4,2	2 752,4
Transportes.....	407 000	100,0	73,8	4,4	20,3	1,5	3 932,0
Prestação de serviços.....	462 059	100,0	44,8	13,5	35,7	6,0	886,3

com a segunda maior participação dos negros estão os autônomos com ocupações da Construção Civil.

— O rendimento dos autônomos em ocupações da Prestação de Serviços é cerca de 22% do encontrado para os autônomos em ocupações dos Transportes e cerca de 32% para os do Comércio, onde os brancos se encontram bem mais representados.

4.1.2.2 — Ocupações manuais rurais

Apesar da perda de importância do setor primário na estrutura econômica do país, especialmente a partir da década de trinta com a expansão do investimento industrial-urbano, verificamos que as ocupações manuais ligadas à agricultura têm, ainda, um forte peso na composição ocupacional brasileira, representando 35,6% do total da força de trabalho. A importância deste setor, como absorvedor de mão-de-obra, se deve à presença substantiva na estrutura fundiária brasileira de unidades agrícolas minifundiárias ²¹.

²¹ A estrutura agrária apresenta lado a lado aos minifúndios, as grandes propriedades rurais, que também absorvem boa parcela de mão-de-obra agrícola. "As diretrizes mais gerais de política econômica tenderiam a controlar o movimento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, na medida em que estes teriam como efeito elevar o nível de salário no setor urbano, definindo assim uma rentabilidade baixa para este tipo de produção agrícola que não estimula o empresário a nela investir. Este espaço é, então, ocupado pela pequena produção, que pelo fato de utilizar normalmente pessoas da própria família que nada recebem pelo seu trabalho, apresenta uma produção com custos monetários mais baixos" (Indicadores Sociais — Relatório 1979 — Capítulo: Divisão Setorial do Trabalho — p. 78). A produção intelectual mais recente tende a ver a persistência da dualidade minifúndio — grandes propriedades rurais, como fator de apoio à formação de capital no pólo dinâmico do sistema econômico, o industrial-urbano.

Assim, é elevada a participação "Trabalhadores autônomos e dos não remunerados com ocupações manuais agrícolas", 24,2%, sendo que parte deles formam as unidades de produção familiar, pequenos produtores que têm ou não a propriedade da terra (parceiros, meeiros, pequenos proprietários), ou seja, formam a base da pequena produção camponesa na agricultura brasileira. O rendimento médio destes trabalhadores, aproximadamente Cr\$ 600,00, situa-se em torno do salário mínimo²² e é, também, o mais reduzido comparativamente ao das demais categorias estudadas, mostrando a baixa remuneração dos trabalhadores nas pequenas unidades de produção agrícola²³.

Além de muito reduzido, este rendimento é, também, bastante diferenciado entre os trabalhadores brancos e negros. Enquanto que o rendimento médio dos brancos nessa categoria é de Cr\$ 736,30, o dos pretos representa apenas 60% desse valor (Cr\$ 448,40), sendo o dos pardos ligeiramente superior ao dos pretos (Cr\$ 460,80)²⁴. Acrescentamos a isto a participação diferenciada dos grupos raciais nesta categoria dos "Trabalhadores autônomos em ocupações do setor primário", ou seja, enquanto 21,5% dos brancos encontram-se nesta categoria os pardos estão na proporção de 28,9% e os pretos na de 24,0%.

A categoria "Empregados em ocupações da agropecuária e extra-tiva vegetal", que representa 11,4% da força de trabalho, engloba não-

²² O salário mínimo situava-se em 1976 entre Cr\$ 544,80 para a Região Nordeste e Cr\$ 768,00 para o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, etc.

²³ Devemos chamar a atenção que também os trabalhadores não remunerados entraram no cálculo deste rendimento médio, o que leva a uma subestimação do rendimento do trabalhador autônomo na agricultura dado o peso daquela mão-de-obra nas pequenas unidades de produção agrícola. Afora este fator é importante se ter em mente quando analisamos o rendimento muito reduzido da categoria ocupacional a possibilidade efetiva da produção de alimentos para o consumo da unidade familiar, possibilidade esta que muito dificilmente está ao alcance dos empregados (como é o caso, por exemplo, dos "bóias frias").

²⁴ Sem elementos mais definitivos para explicar o diferencial de rendimento entre trabalhadores autônomos brancos e negros na agricultura, onde seria de se esperar que o diferencial fosse menor, fazemos as seguintes considerações a respeito:

— Também fazem parte desta categoria de trabalhadores autônomos "apanhadores, descascadores e quebradores de produtos vegetais" e "madeireiros e lenhadores". Estes trabalhadores possuem baixa remuneração auferida por produção realizada em propriedades agrícolas ou mediante a comercialização direta de sua produção. Assim, o diferencial de rendimento médio encontrado para os trabalhadores autônomos com ocupações manuais rurais pode ser, em parte, explicado pela maior proporção de negros naquelas ocupações acima mencionadas (24,0% contra 7,7%).

— Uma outra hipótese, a ser verificada futuramente, seria a da inserção racial diferenciada nas unidades de produção familiar agrícolas, ou seja, como brancos e negros se inserem nas categorias de pequenos proprietários rurais, parceiros, meeiros, etc. Tal hipótese pode ser testada com os dados da PNAD 76 sobre posição na ocupação; porém, estas informações serão melhor tratadas no Censo de 80, o qual deverá permitir uma análise mais adequada da força de trabalho agrícola negra.

somente os trabalhadores ligados aos grandes e médios estabelecimentos rurais como aquela mão-de-obra contratada por pequenos sítiantes, parceiros, etc. Apesar da presença, possivelmente elevada, dos empregados na chamada agropecuária empresarial o rendimento das pessoas nessa categoria é, também, muito baixo — Cr\$ 671,80, variando significativamente segundo os grupos raciais, onde o rendimento médio das pessoas pretas é cerca de 80% daquele encontrado para a força de trabalho de cor branca. Afora isto, é, também, maior a proporção de negros nesta categoria, onde encontramos 20,4% dos pretos, 13,9% dos pardos e apenas 8,7% dos brancos. Estas informações nos indicam, pois, que além da maior proporção de negros (especialmente de pretos) na categoria “Empregados com Ocupações manuais da agropecuária e extrativa vegetal” eles se encontram em posições inferiores à dos brancos ²⁵.

O nível de instrução das pessoas com ocupações manuais do setor primário não atinge, em média, nem dois anos de estudo. Nas unidades familiares cujo chefe é trabalhador manual agrícola, a necessidade do trabalho dos filhos na geração da renda familiar surge como fator de impedimento à obtenção de melhores níveis educacionais. Além disto, nas áreas rurais torna-se, ainda, mais difícil conjugar trabalho e estudo devido aos problemas de deslocamento e à escassez de escolas.

Os dados relativos à idade de inserção na força de trabalho das pessoas ocupadas no setor agrícola caracterizam bem este fato.

Idade de inserção na força de trabalho agrícola — 1976

GRUPOS RACIAIS	FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA (%)	
	até 14 anos	até 17 anos
Branco.....	88,9	98,0
Pretos.....	85,1	97,6
Pardos.....	89,6	98,4

É importante termos em mente que as ocupações manuais do setor primário, às quais correspondem os menores níveis de rendimento médio e instrução e que apresentaram situação significativamente pior para a população negra, absorvem mais de 40% do total da força de trabalho negra (44,4% dos pretos e 42,8% dos pardos) e cerca de 30,0% do total da força de trabalho branca.

²⁵ Além disto, ao tomarmos o Setor Primário (que absorve 99,3% das pessoas em ocupações da Agropecuária e da Extrativa Vegetal — PNAD Mão-de-Obra — 1976) verificamos que enquanto 25,5% dos brancos têm carteira assinada e, portanto, garantias trabalhistas, esta proporção é bem inferior para os pretos e pardos, 13,3% e 14,1%, respectivamente.

4.2 — Composição racial das categorias sócio-ocupacionais

As desigualdades raciais na divisão do trabalho detectadas anteriormente podem ser, também, visualizadas quando tomamos a participação intracategorias ocupacionais dos grupos raciais. A participação racial diferenciada em cada categoria ocupacional será dada através da comparação entre a participação de cada grupo racial no total da força de trabalho e aquela participação encontrada para cada grupo racial dentro das categorias ocupacionais em exame.

4.2.1 — Categorias sócio-ocupacionais de negros

Pelo quadro a seguir podemos verificar que tanto a força de trabalho preta como a parda apresentam participações superiores àquelas encontradas na força de trabalho nas categorias "Empregados na prestação de serviços", "Empregados na indústria de construção civil" e "Empregados na agropecuária". Para a população parda isto ocorre, ainda, para a categoria "Autônomos na agropecuária" sendo que a participação dos pretos nesta categoria é praticamente igual a sua participação na força de trabalho.

Por outro lado, enquanto a participação dos brancos no total da força de trabalho é de 57,1%, sua participação nestas categorias é inferior a 50% (exceção feita aos "Autônomos na agropecuária"). Em contrapartida, a participação da população negra é superior a 50% e, portanto, superior a da população branca, enquanto sua participação no total da força de trabalho é de 40,2%.

Participação média da força de trabalho negras nas categorias sócio-ocupacionais — 1976

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO (%)		
	Pretos	Pardos	Negros
Participação média na força de trabalho.....	9,3	30,9	40,2
Acima da % na força de trabalho			
Empregados na prestação de serviços.....	17,0	33,8	50,8
Empregados na agropecuária.....	16,6	37,5	54,1
Empregados na indústria da construção civil.....	13,9	38,8	52,7
Autônomos na agropecuária.....	9,2	36,8	46,0
Abaixo da % na força de trabalho			
Ocupações de nível superior, empresários, administradores.....	1,7	14,0	15,7
Ocupações de nível médio.....	3,0	20,0	23,0
Empregados em ocupações do comércio.....	6,1	24,7	30,8
Empregados em ocupações dos transportes.....	6,1	30,5	36,6
Empregados em ocupações da indústria de transformação e da produção extrativa mineral.....	8,7	28,6	37,3
Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da indústria de transformação, construção civil, do comércio, dos transportes e da prestação de serviços.....	7,3	30,5	37,8

A maior concentração de negros ocorre, apenas, nas categorias ocupacionais que, como vimos anteriormente, são as de menor nível de rendimento e instrução. Além disto, dentro destas categorias verificamos, também, que os negros ocupam posições ocupacionais inferiores em relação aos brancos.

Se os negros encontram-se em maiores proporções nas ocupações manuais de menor nível de rendimento, em contrapartida, eles aparecem em menor proporção nas demais categorias de empregados com ocupações manuais (da indústria de transformação, dos transportes e, especialmente, do comércio) e participam de forma ainda menos expressiva nas ocupações não manuais.

A participação dos pretos na categoria "Profissionais e técnicos de nível superior", "Empresários e administradores" é 1,7%, ou seja, 5,5 vezes menor que a participação desse grupo de cor no total da força de trabalho. No caso dos pardos, a participação nesta categoria é 14,0%, isto é, 2,2 vezes menor que a sua participação média na força de trabalho. No caso da outra categoria de ocupações não manuais, as de nível médio, a participação dos negros (pretos e pardos) é de 23,0%, quase 2 vezes menor que a participação desse grupo na força de trabalho total.

4.2.2 — Categorias sócio-ocupacionais de brancos

Ao observarmos a composição das categorias ocupacionais verificamos que a situação das pessoas ocupadas brancas é muito diferente da encontrada para as pessoas negras. Os brancos fazem parte de forma significativa de todas as categorias ocupacionais, porém, encontram-se proporcionalmente mais representados nas ocupações não manuais, e, ainda, nas ocupações manuais que apresentam melhor nível de rendimento e maior escolaridade.

Conforme podemos observar no quadro que se segue, os brancos representam 81,4% das pessoas na categoria "Profissionais de nível superior, empresários e administradores" e 75,0% na categoria "Profissionais de nível médio".

São nas ocupações da Agropecuária e nas categorias "Empregados na construção civil" e "Empregados na prestação de serviços" que encontramos as menores, porém significativas, participações de brancos (sendo a menor delas 43,6%). Como vimos anteriormente, dado o peso destas categorias na estrutura ocupacional brasileira, podemos dizer que, também, um segmento expressivo da população branca possui ocupações de baixo status social, compondo o quadro mais amplo da estrutura brasileira que apresenta uma elevada proporção de pessoas com baixo nível de remuneração e uma concentração do rendimento na mão de uma pequena parcela de população²⁸. Embora a situa-

²⁸ Ver no capítulo seguinte informações sobre a distribuição de renda da população.

ção de pobreza ocorra para a população brasileira como um todo (47% das pessoas com rendimento possuem renda igual ou inferior a um salário mínimo), esta situação é bastante diferente para brancos e negros (38,1% dos brancos têm rendimento igual ou menor a um salário mínimo, enquanto que para os pretos e pardos tais proporções são de 63,0% e 57,8%, respectivamente), como procuramos demonstrar nesta parte do trabalho.

Participação média da força de trabalho branca nas categorias sócio-ocupacionais — 1976

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	BRANCOS (%)
Participação na força de trabalho.....	57,1
Acima da % na força de trabalho	
Ocupações de nível superior, empresários e administradores..	81,4
Ocupações de nível médio.....	75,0
Empregados em ocupações do comércio.....	65,6
Empregados na indústria de transformação.....	60,5
Empregados em ocupações dos transportes.....	59,9
Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da indústria de transformação, construção civil, do comércio, dos transportes e da prestação de serviços.....	58,2
Abaixo da % na força de trabalho	
Empregados na agropecuária.....	43,6
Empregados na construção civil.....	45,6
Empregados na prestação de serviços.....	47,2
Autônomos e não remunerados na agropecuária.....	50,7

4.3 — Síntese dos diferenciais de rendimento médio e anos médios de estudo, segundo os grupos raciais

O quadro apresentado, a seguir, resume as informações que julgamos mais importantes na apreensão das desigualdades raciais na divisão social do trabalho.

**Rendimento médio e anos médios de estudo da força de trabalho
negra em relação à força de trabalho branca segundo
as categorias sócio-ocupacionais — 1976**

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	RENDIMENTO MÉDIO (1)		ANOS MÉDIOS DE ESTUDO (2)	
	Pretos Branco	Pardos Branco	Pretos Branco	Pardos Branco
TOTAL.....	35,0	45,1	43,8	58,3
Ocupações não manuais				
Ocupações de nível superior, empresários e administradores.....	36,9	49,6	49,5	67,0
Ocupações de nível médio e pessoal de escritório....	80,8	72,4	83,1	91,0
Ocupações manuais urbanas				
Empregados em ocupações da indústria de transformação e da produção extrativa mineral.....	60,9	76,5	79,5	88,6
Empregados em ocupações da indústria de construção civil.....	77,4	82,8	77,4	90,3
Empregados em ocupações do comércio.....	51,0	82,8	67,3	90,9
Empregados em ocupações dos transportes.....	81,0	82,7	71,4	85,7
Empregados em ocupações da prestação de serviços.....	64,6	68,2	65,7	80,0
Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da indústria de transformação, construção civil, do comércio, dos transportes e da prestação de serviços.....	49,3	55,1	58,5	65,9
Ocupações manuais rurais				
Empregados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal.....	76,2	80,2	47,4	52,6
Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal.....	60,9	62,6	30,4	43,5

(1) Rendimento médio de todas as ocupações.

(2) Exclui-se os sem declaração de anos de estudo e anos de estudos não determinados.

De forma sintética podemos dizer:

a) em todas as categorias estudadas os negros possuem rendimento médio significativamente inferior ao dos brancos.

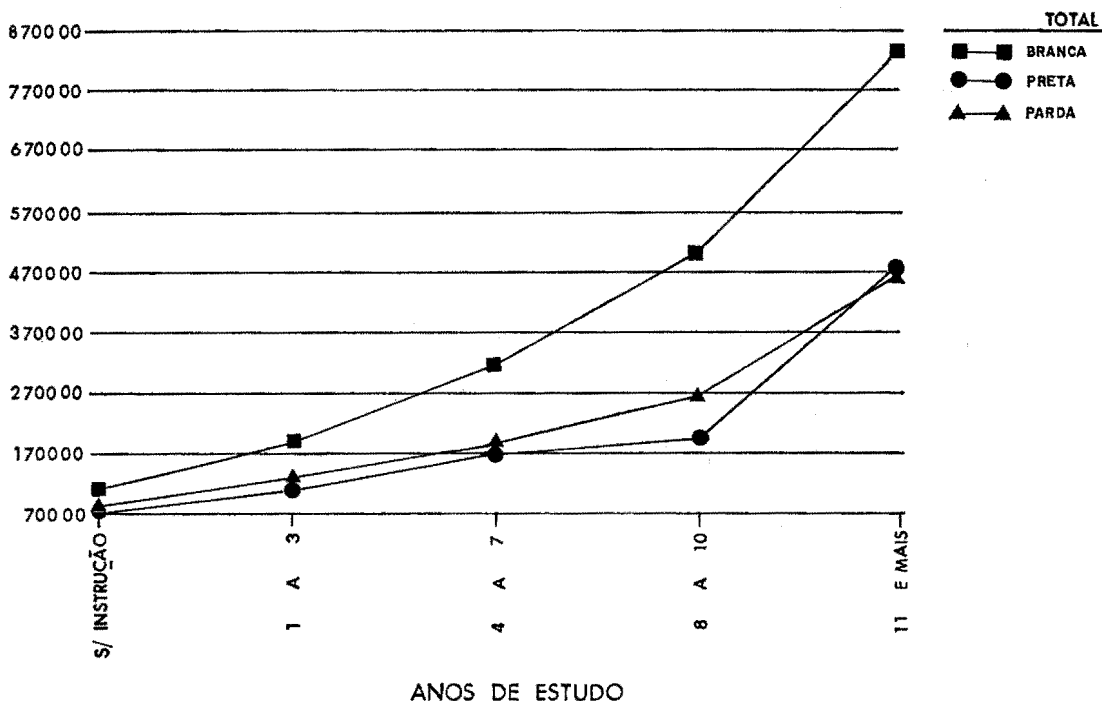
b) é a categoria "Ocupações de nível superior, empresários e administradores" que apresenta o maior diferencial quanto ao rendimento médio, com os pretos e pardos auferindo somente 36,9% e 49,6%, respectivamente, do rendimento médio dos brancos.

c) a categoria que apresenta menor diferencial é a de “Empregados em ocupações dos transportes”, que como visto anteriormente é das menos heterogêneas internamente.

d) para o total das categorias sócio-ocupacionais podemos verificar que a relação encontrada entre os diferenciais para os anos médios de estudo entre brancos e negros é sempre menor que a relação encontrada para os rendimentos médios. Isto vai indicar que, algumas vezes para o mesmo (ou maior) nível de instrução, a força de trabalho negra está sendo pior remunerada que a branca, ou seja, a remuneração não guarda, às vezes, a mesma relação proporcional com o nível de instrução para brancos e negros.

É importante salientarmos, que a qualificação educacional tem um retorno desigual para brancos e negros inseridos na força de trabalho. Este diferencial é crescente e se acentua na medida em que aumenta o nível de escolaridade da força de trabalho.

RENDIMENTO MÉDIO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, DE 24 ANOS e MAIS, COM RENDIMENTO, POR ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO A COR



**1 — Distribuição das pessoas ocupadas, por cor, segundo as
categorias sócio-ocupacionais
Brasil — 1976**

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	PESSOAS OCUPADAS					
	Total	Classificação de cor				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Sem declaração
TOTAL { absoluto relativo (%).....	39 087 775 100,0	22 218 280 100,0	3 636 821 100,0	1 001 319 100,0	12 024 130 100,0	207 225 100,0
Profissionais em ocupações de nível superior, empresários e administradores.....	5,9	8,5	1,1	6,4	2,7	4,3
Profissionais em ocupações de nível médio e pessoal de escritório.....	11,1	14,6	3,6	8,4	7,2	5,6
Empregados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal.....	11,4	8,7	20,4	9,0	13,9	11,2
Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal.....	24,2	21,5	24,0	28,7	28,9	24,4
Empregados em ocupações da indústria de transformação e da produção extrativa mi- neral.....	10,1	10,7	9,4	8,0	9,3	12,5
Empregados em ocupações da indústria de construção civil.....	3,5	2,7	5,1	2,0	4,3	11,3
Empregados em ocupações do comércio.....	3,6	4,1	2,3	4,8	2,8	1,4
Empregados em ocupações dos transportes....	3,0	3,1	1,9	4,0	3,0	8,3
Empregados em ocupações da prestação de ser- viços.....	10,8	8,9	19,7	7,5	11,8	7,7
Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da indústria, do comércio, dos transportes e da prestação de serviços.....	10,8	11,0	8,5	15,9	10,7	7,6
Outros.....	5,1	5,5	3,4	4,7	4,8	5,2

FONTE: IBGE — Tabulação Especial da PNAD 1976.

**2 — Distribuição das pessoas ocupadas, por cor, segundo as
categorias sócio-ocupacionais
Brasil — 1976**

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	PESSOAS OCUPADAS					
	Total (1)		Classificação de cor			
	Absoluto	Relativo (%)	Branca	Preta	Amarela	Parda
TOTAL.....	38 880 550	100,0	57,1	9,3	2,5	30,9
Profissionais em ocupações de nível superior empresários e administradores.....	2 321 510	100,0	81,4	1,7	2,7	14,0
Profissionais em ocupações de nível médio e pessoal de escritório.....	4 349 292	100,0	75,0	3,0	1,9	20,0
Empregados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal.....	4 459 851	100,0	43,6	16,6	2,0	37,5
Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal.....	9 433 661	100,0	50,7	9,2	3,0	36,8
Empregados em ocupações da indústria de transformação e da produção extrativa mi- neral.....	3 945 319	100,0	60,5	8,7	2,0	28,6
Empregados em ocupações da indústria da construção civil.....	1 351 061	100,0	45,6	13,9	1,5	38,8
Empregados em ocupações do comércio.....	1 405 409	100,0	65,6	6,1	3,4	24,7
Empregados em ocupações dos transportes....	1 184 890	100,0	59,9	6,1	3,4	30,5
Empregados em ocupações da prestação de serviços.....	4 216 337	100,0	47,2	17,0	1,7	33,8
Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da indústria, do comércio, dos transportes e da prestação de serviços.....	4 222 948	100,0	58,2	7,3	3,7	30,5
Outros.....	1 990 272	100,0	61,8	6,2	2,3	29,4

FONTE: IBGE — Tabulação Especial da PNAD 1976.

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de cor.

**3 — Anos médios de estudo das pessoas ocupadas, por cor,
segundo as categorias sócio-ocupacionais
Brasil — 1976**

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	ANOS MÉDIOS DE ESTUDO					
	Total	Classificação de cor				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Sem declaração
TOTAL.....	3,9	4,8	2,1	3,9	2,8	2,6
Profissionais em ocupações de nível superior, empresários e administradores.....	9,1	9,7	4,8	9,6	6,5	8,7
Profissionais em ocupações de nível médio e pessoal de escritório.....	8,7	8,9	7,4	9,2	8,1	7,4
Empregados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal.....	1,4	1,9	0,9	1,7	1,0	0,7
Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal.....	1,7	2,3	0,7	1,6	1,0	0,3
Empregados em ocupações da indústria de transformação e da produção extrativa mi- neral.....	4,2	4,4	3,5	5,3	3,9	4,1
Empregados em ocupações da indústria da construção civil.....	2,9	3,1	2,4	2,0	2,8	3,0
Empregados em ocupações do comércio.....	5,3	5,5	3,7	5,3	5,0	3,3
Empregados em ocupações dos transportes.....	3,9	4,2	3,0	3,9	3,6	2,4
Empregados em ocupações da prestação de serviços.....	3,1	3,5	2,3	2,9	2,8	3,1
Trabalhadores autônomos e são remunerados em ocupações da indústria, do comércio, dos transportes e da prestação de serviços.....	3,5	4,1	2,4	3,8	2,7	2,1
Outros.....	5,9	6,6	4,9	4,9	4,9	3,8

FONTE: IBGE — Tabulação Especial da PNAD 1976.

NOTA: Exclusive sem declaração de anos de estudo e anos de estudo não determinados.

**4 — Rendimento médio das pessoas ocupadas, por cor, segundo as
categorias sócio-ocupacionais
Brasil — 1976**

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	RENDIMENTO MÉDIO (Cr\$)					
	Total	Classificação de cor				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Sem declaração
TOTAL.....	1 939,1	2 541,7	890,5	2 037,5	1 145,7	1 296,2
Profissionais em ocupações de nível superior, empresários e administradores.....	9 374,1	10 229,8	3 776,5	9 732,9	5 070,3	8 149,7
Profissionais em ocupações de nível médio e pessoal de escritório.....	2 639,2	2 811,8	2 272,7	2 932,8	2 036,7	1 308,0
Empregados em ocupações da agropecuária e extrativa vegetal e animal.....	671,8	759,6	579,1	732,2	609,0	581,2
Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da agropecuária e extra- tiva vegetal e animal.....	608,3	736,3	448,4	774,3	460,8	439,2
Empregados em ocupações da indústria de transformação e da produção extrativa mi- neral.....	1 927,0	2 150,2	1 309,7	2 088,7	1 643,9	1 396,7
Empregados em ocupações da indústria da construção civil.....	1 377,8	1 539,3	1 191,2	1 398,7	1 274,3	913,5
Empregados em ocupações do comércio.....	1 693,8	1 847,4	942,0	1 320,4	1 529,8	822,0
Empregados em ocupações dos transportes....	1 719,1	1 844,6	1 494,2	1 793,4	1 525,7	1 376,8
Empregados em ocupações da prestação de serviços.....	845,3	1 033,6	668,1	646,2	684,6	599,1
Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da indústria, do comércio, dos transportes e da prestação de serviços.....	2 243,5	2 745,8	1 352,8	2 260,1	1 512,5	1 202,2
Outros.....	3 306,7	4 128,7	1 569,1	2 603,0	2 025,6	2 826,8

FONTE: IBGE — Tabulação Especial da PNAD 1976.

NOTA: Rendimento médio de todas as ocupações das pessoas com declaração de rendimento.

5 — DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO

5.1 — Estrutura ocupacional e distribuição de rendimento

Nesta parte do trabalho pretendemos examinar a relação existente entre estrutura ocupacional e distribuição de renda.

A estrutura ocupacional é muito útil na compreensão da desigualdade de renda, pois apesar dela não ser a única fonte de desigualdade, ela é um dos elementos de maior importância na determinação do rendimento do indivíduo.

Uma simples comparação entre a distribuição da população segundo algumas categorias ocupacionais, e a distribuição do rendimento entre as pessoas nessas categorias, dá uma idéia bem clara da relação existente entre a distribuição ocupacional e a de rendimento, isto é, de como a concentração do rendimento pode ser explicada pela estrutura ocupacional.

Participação dos trabalhadores manuais e não manuais na força de trabalho e no total do rendimento — 1976

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	PARTICIPAÇÃO	
	Na força de trabalho	No total do rendimento
TOTAL.....	100,0	100,0
Trabalhadores não manuais.....	18,0	47,8
Trabalhadores manuais urbanos.	44,3	39,4
Trabalhadores manuais rurais...	37,7	12,8

Observamos que um único grupo de ocupações recebe quase metade (47,8%) da renda total e representa pouco mais de um sexto de toda a força de trabalho. Em compensação os trabalhadores manuais que representam os cinco sextos restantes da força de trabalho ficam com a outra metade do rendimento gerado.

Uma explicação bem simplificada para esta divisão desigual é a de que o rendimento das pessoas com ocupações não manuais é muito

mais elevado que o das pessoas com ocupações manuais (ver tabela 4 de Rendimento Médio no capítulo anterior).

Além da disparidade existente entre o rendimento dos trabalhadores não manuais e dos manuais é importante apontarmos as desigualdades observadas em função da própria diferenciação racial.

Quando comparamos a composição da força de trabalho segundo os grupos raciais com a parcela do rendimento apropriada por cada um desses grupos, temos os brancos, que representam pouco mais da metade da força de trabalho, e que recebem quase três quartos do rendimento, ficando a parcela restante do rendimento para os demais grupos raciais. Em que medida essa maior concentração da renda nas mãos dos brancos está relacionada à própria distribuição ocupacional da força de trabalho, onde as funções de maior **status** são preenchidas basicamente por brancos?

Participação dos grupos raciais na força de trabalho e no rendimento — 1976

FORÇA DE TRABALHO E RENDIMENTO	TOTAL	% SOBRE O TOTAL			
		Brancos	Pretos	Pardos	Amarelos e sem declara- ção
Força de trabalho.....	100,0	56,6	9,5	30,8	3,1
Rendimento.....	100,0	71,7	5,2	19,8	3,1

Segundo Ramonaval A. Costa,¹ que se utilizou dos dados do Censo Demográfico de 1970 para analisar a distribuição de renda no Brasil, a estrutura ocupacional é um fator bastante relevante na determinação do grau de desigualdade da renda. Em seu trabalho, ele mostra que os padrões de desigualdade da renda observados para os grupos de ocupações² foram semelhantes nos vinte e dois Estados do Brasil, o que salienta o papel desempenhado pela estrutura ocupacional ao moldar o grau de desigualdade.

Podemos pensar então que a distribuição ocupacional segundo os grupos raciais explica a alocação da renda entre esses grupos. Para testar essa hipótese, vamos agora analisar a distribuição do rendimento entre grupos ocupacionais definidos a partir da distinção entre trabalho não manual e manual. Esta classificação também tratou

¹ Costa, Ramonaval A. — A Distribuição de Renda Pessoal no Brasil — 1970, IBGE — 1977.

² Ramonaval utilizou-se de cinco grupos de ocupações: 1. Administradores; 2. Profissionais, Auxiliares e Afins; 3. Trabalhadores do Setor Primário; 4. Trabalhadores do Setor Secundário; 5. Trabalhadores do Setor Terciário.

separadamente os trabalhadores rurais e os urbanos sendo que os últimos foram, por sua vez, subdivididos em empregados e autônomos.

Quando passamos ao exame dos dados sobre a composição racial das categorias ocupacionais e comparamo-las com a distribuição do rendimento entre os diferentes grupos raciais em cada uma dessas categorias temos que:

Distribuição da força de trabalho e do rendimento por grupos raciais, segundo categorias ocupacionais — 1976

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	BRANCOS (%)		PRETOS (%)		PARDOS (%)		AMARELOS E SEM DECLA- RAÇÃO (%)	
	Força de tra- balho	Rendi- mento	Força de tra- balho	Rendi- mento	Força de tra- balho	Rendi- mento	Força de tra- balho	Rendi- mento
Trabalhadores não manuais.....	77,0	85,4	2,6	1,3	17,9	10,2	2,5	2,9
Trabalhadores manuais urbanos..	55,4	65,8	10,6	7,0	30,9	24,0	3,2	3,1
Empregados.....	54,4	63,0	11,6	8,3	31,1	25,8	2,9	2,6
Autônomos.....	58,0	71,0	7,3	4,4	30,5	20,5	4,2	4,0
Trabalhadores manuais rurais....	48,3	57,0	11,6	9,3	36,9	29,9	3,2	3,7

a) os brancos detêm proporcionalmente maior parcela do rendimento independentemente das categorias ocupacionais em que estejam;

b) mesmo na categoria de trabalhadores manuais rurais onde os brancos representam uma parcela da força de trabalho inferior à dos negros, a proporção do rendimento que é alocada para os brancos é superior a dos negros. Isto significa dizer que 48,3% dos trabalhadores manuais rurais são brancos e ficam com 57,0% do rendimento gerado pela força de trabalho deste grupo;

c) na categoria de trabalhadores não manuais, 77% das pessoas ativas com rendimento são brancas. Essas pessoas recebem 85,4% da renda da categoria. Os negros que representam 20,5% das pessoas nessa categoria recebem apenas 11,5% do rendimento;

d) dentre os trabalhadores manuais urbanos o rendimento dos empregados é mais uniformemente distribuído entre os grupos raciais que o dos autônomos. Os empregados urbanos brancos representam 54,4% das pessoas nessa categoria e recebem 63,0% do rendimento. Já os brancos com posição ocupacional de autônomo representam 58,0% das pessoas na categoria e ficam com uma parcela bem maior do rendimento, 71,0%;

e) todos esses indicadores mostram que apesar da proporção de brancos não ser muito diferente da de negros nas categorias de trabalhadores manuais a parcela do rendimento que corresponde a aquele grupo é sempre superior a que cabe aos negros. Além disso, essas diferenças de rendimento ficam mais acentuadas à medida que analisamos as ocupações que exigem maior qualificação, habilidade ou mesmo a propriedade de alguns instrumentos de trabalho (como é o caso dos autônomos na área urbana) para o seu desempenho.

5.2 — Participação de brancos e negros em alguns cortes percentuais da distribuição do rendimento da força de trabalho

Uma primeira abordagem da composição da força de trabalho em alguns cortes percentuais da distribuição do rendimento mostra que a participação dos negros (pretos e pardos) tende a diminuir e a dos brancos a aumentar quando passamos do exame das camadas mais pobres (dos 10% aos 50% da força de trabalho com menor rendimento) para o exame das camadas mais ricas (dos 10% aos 5% da força de trabalho com maior rendimento) (tabela 5).

Ao analisarmos a participação dos brancos e negros em alguns cortes percentuais da distribuição de rendimento observamos que dentre os 10% da força de trabalho que representam a população mais pobre, os brancos totalizam 40,1% e os negros 56,6% (17,4% de pretos e 39,2% de pardos). Dentre os 20% da força de trabalho com menor rendimento, estas proporções praticamente não variaram. Mesmo quando examinamos os 50% mais pobres, a modificação encontrada foi pouco significativa, a proporção de brancos passou para 47,8%, e a de pretos e pardos para 13,1% e 36,7%, respectivamente. Por outro lado, quando estudamos os 10% da força de trabalho com maior rendimento observamos que neste grupo, 83,9% das pessoas são brancas, 11,4% pardas e apenas 1,5% são pretas. Da camada da força de trabalho considerada mais rica, os 5% com maiores rendimentos, 85,5% são brancos, 1,0% pretos e 9,9% pardos (tabela 6).

Esses indicadores da composição racial da força de trabalho segundo alguns cortes percentuais demonstram, com base na distribuição do rendimento, as desigualdades raciais da população.

5.3 — Distribuição do rendimento dos brancos e negros

Achamos, ainda, que seria importante analisarmos alguns aspectos da distribuição do rendimento de cada grupo racial. A comparação de algumas das informações selecionadas permite-nos conhecer o grau de concentração do rendimento de cada grupo racial bem como as diferenças existentes entre o rendimento médio dos brancos e negros em certas camadas da força de trabalho. Escolhemos, por exem-

plo, três cortes de população que indicam as parcelas da população que detêm os maiores níveis de rendimento (os 10%, os 5% e os 1% de brancos e negros mais ricos) e observamos que:

Distribuição do rendimento e rendimento médio por grupos raciais — 1976

CORTES DA POPULAÇÃO	RENDIMENTOS						RAZÃO ENTRE OS RENDIMENTOS MÉDIOS (1)	
	Brancos		Pretos		Pardos		<u>Pretos</u> <u>Brancos</u>	<u>Pardos</u> <u>Brancos</u>
	% do Rendi- mento	Rendi- mento Médio (1)	% do Rendi- mento	Rendi- mento Médio (1)	% do Rendi- mento	Rendi- mento Médio (1)		
10+.....	50,1	14 393	35,2	3 464	42,0	5 546	24,1	38,5
5+.....	37,3	21 411	23,6	4 658	30,5	8 042	21,7	37,8
1+.....	17,9	51 386	8,9	8 796	14,4	18 972	17,1	36,9

1) No percentil.

a) os 10% da força de trabalho branca com maior rendimento detêm 50,1% do total gerado pela força de trabalho com esta cor. O rendimento dos negros é um pouco menos concentrado, pois os 10% dos pretos mais ricos ficam com 35,2% do rendimento e os 10% dos pardos mais ricos com 42,0% do rendimento;

b) chama nossa atenção, no entanto, que para essas camadas mais ricas da população, o rendimento médio é muito diferenciado entre os grupos raciais. Os 10% dos brancos mais ricos apresentam um rendimento médio de Cr\$ 14.393,00. O rendimento médio dos 10% de pretos mais ricos é apenas 24,1% daquele valor (Cr\$ 3.464,00) e o dos pardos 38,5% (Cr\$ 5.546,00);

c) na verdade, observamos que ocorre um maior distanciamento entre o rendimento médio de brancos e negros na medida em que analisamos o 1% e os 5% mais ricos da população ativa com rendimento. O 1% dos brancos mais ricos apropria-se de 17,9% do rendimento total dos brancos. O 1% dos pardos mais ricos ficou com 14,4% e, o 1% dos pretos com 8,9% do rendimento gerado por cada um desses grupos raciais. Isto se traduz em um rendimento médio para os brancos de Cr\$ 51.386,00 que é quase seis vezes maior que o dos pretos e quase três vezes maior que o dos pardos;

d) esses indicadores, mostram que os brancos ricos são muito mais ricos que os negros ricos. Além disso, como discutido anteriormente, é muito mais elevado o número de brancos nas camadas mais ricas da população.

5.4 — Algumas medidas da desigualdade do rendimento entre brancos e negros

O objetivo nesta parte do trabalho é o de apresentarmos algumas medidas de desigualdade de renda e compararmos os resultados encontrados para brancos e negros.

O primeiro índice que vamos discutir é a razão de concentração de Gini³ que varia de 0 (zero), quando não há desigualdade, até 1 (um), o ponto onde temos o grau máximo de desigualdade.

O outro índice a ser discutido, é o coeficiente de variação,⁴ que é também uma medida de desigualdade utilizada para melhor caracterizar a distribuição do rendimento. Este coeficiente é definido como a relação entre o desvio padrão e a média.

Os valores encontrados para o Índice de Gini e para o Coeficiente de variação para cada grupo da força de trabalho, segundo a raça, foram:

ÍNDICE DE GINI E COEFICIENTE DE VARIAÇÃO		BRANCOS	PRETOS	PARDOS
GINI	Limite inferior.....	0,602	0,447	0,516
	Limite superior.....	0,614	0,456	0,526
Coeficiente de variação.....		181,4	144,1	177,6

Estes resultados indicam que o grau de concentração do rendimento da população branca (segundo o Índice de Gini), é bem mais elevado que o das populações preta e parda.

O Coeficiente de variação, por sua vez, mostra que o grau de variação na distribuição do rendimento dos brancos ativos foi mais elevado que o apresentado pelas distribuições de rendimento da população ativa preta e parda.

Esta maior variação deve estar relacionada ao fato de que 23,4% dos brancos estão nas opupações de mais elevado **status** ocupa-

³ A vantagem de usar este índice é a de que ele é independente da distribuição com a qual se está lidando além de que seu resultado é facilmente visualizado. O índice de Gini habitualmente utilizado (o limite inferior) tem como desvantagem o fato de não levar em conta as desigualdades dentro de cada estrato. No entanto, a introdução de um limite superior, que supõe a desigualdade no interior de cada estrato permite uma aproximação do seu verdadeiro valor que estaria compreendido entre um limite e outro. Resta ainda a restrição de que este índice avalia com o mesmo peso desiguais diferenças de renda absoluta.

⁴ Não é muito difícil compreender a idéia deste índice, ou seja, é uma medida relativa de dispersão da qual foram eliminadas as influências da média e que é independente de qualquer tipo de escala (é um número puro).

5 — Distribuição do rendimento da população economicamente ativa por grupos raciais, segundo cortes percentuais — 1976

CORTES PERCENTUAIS	RENDIMENTO DA PEA															
	Total ⁽¹⁾				Branca				Preta				Parda			
	% do Rendimento		Rendimento médio		% do Rendimento		Rendimento médio		% do Rendimento		Rendimento médio		% do Rendimento		Rendimento médio	
	No per- cen- til	Acu- mu- lada	No per- cen- til	Acu- mu- lada	No per- cen- til	Acu- mu- lada	No per- cen- til	Acu- mu- lada	No per- cen- til	Acu- mu- lada	No per- cen- til	Acu- mu- lada	No per- cen- til	Acu- mu- lada	No per- cen- til	Acu- mu- lada
10 ⁻	1,0	1,0	220	220	1,0	1,0	274	274	1,9	1,9	184	184	1,5	1,5	195	195
10	1,9	2,9	415	318	1,9	2,9	546	410	2,8	4,7	279	231	2,4	3,9	318	257
10	2,7	5,6	596	408	2,6	5,5	746	522	4,3	9,0	426	296	3,5	7,4	463	325
10	3,3	9,9	736	494	3,1	8,6	903	617	5,2	14,2	514	350	4,5	11,9	598	394
10	4,1	13,0	904	575	4,0	12,6	1 149	724	6,7	20,9	654	411	5,5	17,4	723	459
10	5,2	18,2	1 144	670	5,2	17,8	1 500	853	7,6	28,5	743	467	6,6	24,0	870	528
10	6,9	25,1	1 518	791	6,9	24,7	1 973	1 013	9,0	37,5	888	528	8,0	32,0	1 061	604
10	9,5	34,6	2 093	954	9,8	34,5	2 819	1 239	11,3	48,8	1 118	601	10,8	42,8	1 421	706
10	14,9	49,5	3 292	1 214	15,4	49,9	4 429	1 593	16,0	64,8	1 579	710	15,2	58,0	2 009	851
10 ⁺	50,5	100,0	11 120	2 204	50,1	100,0	14 393	2 873	35,2	100,0	3 464	985	42,0	100,0	5 546	1 320
5 ⁺	38,1	—	16 796	—	37,3	—	21 411	—	23,6	—	4 658	—	30,5	—	8 042	—
1 ⁺	18,2	—	40 147	—	17,9	—	51 386	—	8,9	—	8 796	—	14,4	—	18 972	—
Indicadores	Total				Branca				Preta				Parda			
Rendimento médio.....	2 204,3				2 873,2				985,8				1 320,3			
Mediana.....	954,5				1 319,2				701,2				837,0			
Coefficiente de variação.....	194,7				181,4				144,1				177,6			
Índice de gini limite inferior.....	0,600				0,602				0,447				0,516			
Índice de gini limite superior.....	0,610				0,614				0,456				0,526			

FONTE: IBGE — Tabulação Especial da PNAD 1976.

NOTA: Somente a população economicamente ativa com rendimento.

(1) Inclusive a população economicamente ativa com rendimento, de cor amarela e as sem declaração de cor.

cional⁵, a que correspondem também os mais elevados níveis de rendimento. Um amplo leque de rendimentos possíveis, dentro da escala ocupacional dos brancos poderia explicar um maior coeficiente de variação que os encontrados para as demais distribuições analisadas.

O grau de concentração do rendimento das pessoas também pode ser apontado a partir da relação entre os valores encontrados para o rendimento médio e para a mediana. Quanto mais elevado for o rendimento médio em relação à mediana, maior o grau de concentração do rendimento da população em exame e menor a razão entre a mediana e o rendimento médio.

Os valores encontrados para cada um dos grupos raciais foram:

CARACTERÍSTICAS	BRANCOS	PRETOS	PARDOS
Rendimento médio.....	2 873,2	985,8	1 320,3
Mediana.....	1 319,2	701,2	837,0
Razão mediana/rendimento médio.....	45,9%	71,1%	63,4%

O valor representado pela mediana indica o nível de rendimento que divide a força de trabalho exatamente ao meio, ou seja, que 50% da força de trabalho tem um rendimento inferior àquele valor e, conseqüentemente, os outros 50% um rendimento superior. Para sua interpretação, devemos necessariamente recorrer ao valor representado

6 — Composição da população economicamente ativa em alguns cortes percentuais da distribuição total do rendimento, segundo a cor Brasil — 1976

CORTES PERCENTUAIS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA					
	Total da População		Classificação de cor %			
	Absoluto (1 000 Pessoas)	Relativo (%)	Branca	Preta	Amarela	Parda
10—.....	3 448	100,0	40,1	17,4	3,1	39,2
20—.....	6 900	100,0	41,6	16,2	2,3	39,8
50—.....	17 251	100,0	47,8	13,1	2,2	36,7
10+.....	3 425	100,0	83,9	1,5	3,0	11,4
5+.....	1 699	100,0	85,5	1,0	3,3	9,9

FONTE: IBGE — Tabulações Especial da PNAD 1976.

NOTA: Somente a População economicamente ativa com rendimento, exclusive as pessoas sem declaração de cor.

⁵ As ocupações que fazem parte das categorias "Profissionais de nível superior, empresários e administradores" e os "Profissionais de nível médio e pessoal de escritório" são as de maior status dentro da estrutura ocupacional.

pela média da distribuição (rendimento médio). Nesse sentido, quanto maior o distanciamento da mediana em relação à média da distribuição, maior o grau de concentração dessa distribuição. Os resultados que encontramos, indicam que, para a população branca a mediana representa menos de 50% do rendimento médio e no caso da força de trabalho preta e parda esta relação é de 71,1% e 63,4%, respectivamente. Uma vez mais, verifica-se que o rendimento dos brancos é mais concentrado que o dos negros.

6. — FAMÍLIA E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Esta parte do trabalho está basicamente centrada numa análise de informações relativas à família. Através desta análise procuraremos mostrar como se reproduzem as desigualdades econômicas e sociais entre brancos e negros na sociedade brasileira.

A escolha da família como unidade desta análise (os indicadores utilizados estão referidos de forma mais ou menos direta a ela) não é gratuita, mas decorre de sua própria importância como “uma unidade de conveniência e de reprodução biológica e social... Determinando-se, assim, como unidade de consumo para a produção e para a reprodução social, enquanto grupo parcial, inserido numa totalidade mais ampla, qual seja: a situação de classe. A medida em que se responsabiliza pela organização do consumo e pela socialização primária, a família transmite a seus membros os comportamentos que devem ser efetivados. Deste modo, ela se responsabiliza, realmente, pela reprodução parcial das próprias relações sociais de produção e a estrutura social que estas engendram”. Bilac, 1978: 23¹.

A escolha da família como unidade de análise está, também, apoiada na série de investigações realizadas sob a temática de estratégias de sobrevivência. Estas investigações estão voltadas basicamente para as populações de baixa renda para as quais a noção de sobrevivência é especialmente pertinente².

¹ Ver também Prefácio de Eunice R. Durhan in “a Reprodução da Desigualdade” de Carmem Cinira Macedo, Hucitec 1979, SP.

² Esta temática é para nós importante, não só por sua fecundidade mas, também, por estar relacionada com os debates relativos à distribuição de renda e à marginalidade social.

“A emergência do tema estratégias de sobrevivência, como uma espécie de questão obrigatória, poderia ser articulada a dois debates que mobilizaram a atenção nos anos iniciais da década de 70: o da distribuição da renda e o da marginalidade social. Em certa medida, seria mesmo razoável pensar o tema de “reprodução” ou condições de vida como um prolongamento ou um ponto de convergência entre ambos: assim, ao mesmo tempo em que se constatava o processo de concentração de renda e a dimensão que assumia, no caso brasileiro, a situação de ‘pobreza absoluta’ e se estabelecia sua articulação com o processo mais geral de acumulação do capital, ampliava-se o debate em torno do padrão de vida da classe trabalhadora e de suas condições de reprodução”. Souto de Oliveira, 1980.

Trabalhos mais recentes, como o de Machado da Silva, têm contribuído para a ampliação da ótica desta abordagem, via a utilização do conceito de estratégias de vida, que permite incorporar na análise várias estratégias particulares como os projetos políticos dos grupos subordinados³.

A elaboração de uma estratégia de vida está referida às condições de inserção dos sujeitos no processo produtivo, uma vez que a condição de classe é vivida por estes de um modo particular⁴.

Nas estratégias de vida a estratégia de trabalho da família é fundamental e, segundo alguns autores, um elemento central desta estratégia seria o trabalho do chefe "ou melhor dizendo: a relação existente entre o seu salário e as necessidades da família"⁵. Segundo esta autora "o que caracteriza a estratégia de trabalho dessas famílias é exatamente uma combinação de formas distintas de trabalho que, embora submetidas às condições mais gerais do processo de produção e às possibilidades objetivas do mercado de trabalho, não deixam de ser influenciadas, também, pelo sexo, idade, tipo de ocupação e posição no grupo doméstico de cada um de seus integrantes"⁶.

Tais reflexões nos levaram a selecionar alguns indicadores relativos às famílias brancas e negras e, também, alguns indicadores referentes a chefes de família para caracterizar, ao nível da unidade familiar, as desigualdades raciais.

6.1 — Características sócio-econômicas de famílias brancas e negras

As informações que dispomos sobre características das famílias se referem ao tamanho médio das famílias, número médio das pessoas ocupadas na família, a relação entre pessoas ocupadas e pessoas não ocupadas e rendimento médio familiar bem como: rendimento médio familiar per capita.

A análise destas informações nos parece confirmar as colocações feitas, anteriormente, sobre a reprodução das desigualdades entre brancos e negros. As reflexões, que aqui faremos, dizem respeito a 23 219 038 famílias.

³ A relação entre projeto político e estratégias de vida de grupos raciais tem sido tratada principalmente por autores negros. Ver a obra de Abdias do Nascimento. Ver como o tema é pensado por militantes em entidades negras em Teixeira 1980, Peluzo 1980, Pires da Rosa 1980. A questão é tratada também nos estudos referidos à etnicidade, ver Cunha 1978.

⁴ Ver Macedo, 1979.

⁵ Souto de Oliveira, 1980: p. 15.

⁶ Souto de Oliveira, 1980: p. 218.

COR DA FAMÍLIA	FAMÍLIAS (%)		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbano	Rural
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0
Branca.....	59,8	63,5	52,5
Negra.....	40,2	36,5	47,5

NOTA: Estamos tomando como indicador da cor da família a cor de seu chefe. A análise dos dados referentes a homogamia racial nos leva a considerar tal procedimento adequado.

A distribuição das famílias por grupos de rendimento mensal familiar nos indica que 60,6% das famílias têm um rendimento familiar de até três salários mínimos, sendo que a presença das famílias negras, pretas e pardas, neste grupo é de 80,5% e 74,2% e a das brancas de 50,4%. As famílias brancas e negras que têm rendimento familiar até três salários mínimos apresentam características semelhantes com relação ao tamanho médio da família e ao número médio de pessoas ocupadas e um diferencial de rendimento de cerca de 20%.

FAMÍLIAS COM RENDIMENTO ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	RENDIMENTO MÉDIO FAMILIAR ⁽¹⁾
Famílias Brancas.....	1,5
Famílias Negras { Pretas.....	1,2
{ Pardas.....	1,3

⁽¹⁾ Em salários mínimos.

Quando estudamos as famílias de mais de três salários mínimos de rendimento familiar encontramos a seguinte situação:

FAMÍLIAS COM RENDIMENTO MAIOR QUE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	FAMÍLIAS		
	Branças	Pretas	Pardas
Tamanho médio das famílias.....	4,3	5,5	5,2
Número médio de pessoas ocupadas....	1,8	2,5	2,1
Rendimento médio familiar ⁽¹⁾	10,3	6,0	8,1

⁽¹⁾ Em salários mínimos.

Neste grupo de famílias podemos dizer que as famílias negras têm um tamanho maior, um número maior de pessoas ocupadas e que seu rendimento familiar é menor, em torno de 58% a 79% do rendimento das famílias brancas.

Com relação aos indicadores levantados verificamos que o diferencial mais expressivo é o de rendimento familiar. Os diferenciais são maiores entre brancos e negros nas:

- 1 — Famílias com rendimento familiar de mais de três salários mínimos.
- 2 — Famílias urbanas.
- 3 — Famílias de tamanho menor (1 a 3 pessoas).

Uma diferenciação que nos parece fundamental, é relativa ao rendimento familiar per capita das famílias.

O rendimento médio familiar per capita, em 1976, das famílias brancas era de 1.087,4 cruzeiros e das famílias negras (pretas e pardas), respectivamente, 383,1 e 588,9, correspondendo o rendimento das famílias negras (pretas e pardas) a 35% e 54%, respectivamente, do rendimento familiar per capita das famílias brancas.

6.2 — Chefes de família — raça e sexo

Duas dimensões são imediatamente percebidas na análise dos indicadores referentes a chefes de família — raça e sexo.

Os chefes de família, brancos e negros (homens e mulheres), apresentam diferenciais expressivos com relação ao rendimento médio familiar e anos médios de estudo.

CARACTERÍSTICAS	CHEFES DE FAMÍLIA		
	Brancos	Pretos	Pardos
Rendimento médio familiar ⁽¹⁾	5,8	2,1	3,0
Anos médios de estudo.....	4,4	1,9	2,5
Rendimento médio familiar....	Razão $\frac{\text{pretos}}{\text{brancos}} = 36\%$ Razão $\frac{\text{pardos}}{\text{brancos}} = 51\%$		
Anos médios de estudo.....	Razão $\frac{\text{pretos}}{\text{brancos}} = 43\%$ Razão $\frac{\text{pardos}}{\text{brancos}} = 57\%$		

(1) Em salários mínimos.

A questão da chefia da família e a sua importância na estratégia de sobrevivência de vários grupos sociais deve ser ampliada pela introdução da dimensão de mais um elemento que seria o sexo do chefe da família. Mais especificamente nos parece extremamente relevante num estudo sobre desigualdades raciais ver a dimensão sexual desta.

A situação das mulheres chefes de família é muito diversa da dos homens em alguns indicadores que dispomos:

CARACTERÍSTICAS	CHEFES		RAZÃO $\frac{\text{MULHERES}}{\text{HOMENS}}$
	Mulheres	Homens	
Anos médios de estudo.....	2,8	3,6	78%
Taxa de atividade.....	45,8	88,6	52%
Rendimento familiar ⁽¹⁾	2,8	5,0	56%
Rendimento médio dos chefes ⁽¹⁾	1,4	3,8	37%

(1) Em salários mínimos.

Carmem Barroso, utilizando informações também relativas à PNAD Mão-de-Obra — 1976 faz uma análise do fenômeno da situação da mulher chefe de família, apontando para o fato de que esta chefia está relacionada à pobreza e, mais ainda, à pobreza nas áreas urbanas ⁷.

Nos interessa aqui mencionar que a introdução da dimensão racial nos permite uma primeira aproximação à problemática da mulher negra ⁸.

Verificamos que as famílias brancas têm um percentual de chefes mulheres em torno de 13,4% e que a chefia feminina é maior nas famílias negras, respectivamente 20,0% das famílias pretas e 16,7% das famílias pardas são chefiadas por mulher.

O diferencial de rendimento familiar, entre chefes homens e chefes mulheres, apontado anteriormente, adquire novos contornos quando vemos sua dimensão racial.

COR DO CHEFE	RENDIMENTO MÉDIO FAMILIAR ⁽¹⁾		
	Chefes		Razão $\frac{\text{Mulheres}}{\text{Homens}}$
	Homens	Mulheres	
TOTAL.....	5,0	2,8	56%
Brancos.....	6,2	3,8	61%
Pretos.....	2,3	1,3	57%
Pardos.....	3,3	1,7	52%

(1) Em salários mínimos.

⁷ Barroso, 1978; p. 3. É importante lembrar que devido à definição da PNAD 76 de Chefe, a categoria Chefe Mulher significa sempre Chefes sem cônjuge, com possível subestimação destas. Na PNAD 79 a definição foi reformulada permitindo uma melhor utilização da informação. Sobre os problemas de definição do conceito de família ver Indicadores Sociais, Relatório 1979, Capítulo Família.

⁸ A respeito ver o trabalho de Léila Gonzalez 1979 sobre a dupla discriminação da mulher negra.

Outros indicadores de que dispomos indicam também uma situação diferenciada quanto à idade, situação conjugal, taxa de atividade, e anos médios de estudo das mulheres chefes segundo a raça:

CARACTERÍSTICAS	CHEFES MULHERES			
	Total	Branças	Pretas	Pardas
Idade média.....	48,6	49,5	47,1	47,8
Taxa de atividade.....	45,8	41,8	50,4	51,0
Anos médios de estudo.....	2,8	3,8	1,2	1,9
Estado conjugal				
Solteiras.....	22,3%	21,8%	26,9%	22,0%
Viúvas.....	51,7%	53,2%	45,6%	51,5%
Separadas, divorciadas.....	25,7%	24,9%	26,7%	26,3%

Verificamos que os diferenciais de rendimento familiar são maiores entre as mulheres chefes do que entre os chefes homens e mulheres, sugerindo a importância relativa maior da raça na condição sócio-econômica destas mulheres chefes.

Razão entre o Rendimento Familiar das Mulheres Chefes (¹)....	Pretas	= 34%	Pardas	= 44%
	Branças		Branças	

(¹) Em salários mínimos.

6.3 — Família, inserção na força de trabalho e trajetórias ocupacionais

As informações anteriores sobre a situação sócio-econômica das famílias brancas e negras sugerem a importância do trabalho da mulher e do menor na geração do rendimento familiar. Esta situação pode ser vista através das taxas de atividade destes, ainda que com alguma subestimação. Esta subestimação se verificaria devido ao problema da definição do que seria trabalho e/ou ocupação, não só pelas pesquisas oficiais de emprego como também pelos próprios informantes⁹.

O exame das taxas de atividade apresentadas, a seguir, indica diferenciais expressivos entre brancos e negros, principalmente do sexo masculino, nos grupos de idade entre 10 e 17 anos. Tais diferenciais

⁹ O texto de Zahidé Machado Neto "Sobre o trabalho da criança e da adolescente na família proletária — as meninas" 1979, mostra a relevância do estudo das formas de trabalho deste grupo para uma compreensão adequada da força de trabalho feminina e das estratégias de trabalho da família proletária.

indicam a importância do trabalho do menor para as famílias negras. Os diferenciais entre as taxas de atividade da mulher são menos nítidos, sendo o diferencial maior em determinados grupos como 10 a 17 anos, 20 a 24 anos e 40 anos e mais, nos quais a mulher preta tem uma taxa de atividade mais alta ¹⁰.

Taxas de atividade por sexo e cor, segundo grupos de idade — 1976

GRUPOS DE IDADE	TOTAL			HOMENS			MULHERES		
	Bran-cos	Pre-tos	Par-dos	Bran-cos	Pre-tos	Par-dos	Bran-cas	Pre-tas	Par-das
10 a 14 anos.....	16,3	23,3	20,3	21,6	29,7	29,7	11,2	14,9	11,0
15 a 17 anos.....	46,0	55,1	49,2	58,7	70,8	64,5	34,4	39,3	33,1
18 a 19 anos.....	58,8	63,2	60,3	77,7	87,4	83,7	42,0	41,2	36,6
20 a 24 anos.....	64,0	74,4	65,4	88,7	94,5	91,9	42,0	50,4	40,0
25 a 29 anos.....	66,6	64,6	66,4	96,6	94,5	95,6	38,9	40,4	37,0
30 a 39 anos.....	65,8	64,3	64,8	96,7	95,6	96,2	35,5	34,8	35,7
40 anos e mais.....	48,7	56,0	53,1	76,9	81,6	81,7	20,7	30,7	25,7

6.3.1 — Inserção na força de trabalho — idade e qualificação educacional

Verificamos, ainda, que, a idade da inserção é bastante precoce para a força de trabalho como um todo, sendo mais precoce ainda para os negros, já que há uma estreita relação entre o rendimento familiar e a inserção precoce na força de trabalho.

IDADE EM QUE COMEÇARAM A TRABALHAR	PESSOAS OCUPADAS EM 1976 (%)			
	Total	Branços	Pretos	Pardos
5 a 14 anos.....	65,5	61,4	73,1	70,9
Até 17 anos.....	83,5	80,3	90,9	87,3

Dispomos de informações adicionais referentes à frequência à escola e inserção na força de trabalho de jovens brancos e negros de 10 a 17 anos de idade. Assim, combinando frequência à escola e trabalho encontramos 13% dos brancos, 23% dos pretos e 20% dos pardos nesta situação. Apenas frequentando escola encontramos 60,4% dos brancos, 42% dos pretos e 50% dos pardos.

¹⁰ Para se pensar a importância do trabalho da mulher na estratégia familiar muitas outras informações seriam necessárias. Por exemplo, uma melhor definição do trabalho feminino e a conseqüente revisão da categoria afazeres domésticos, que inclui uma parcela das mulheres ditas inativas, das quais 70% e 67% de pretas e pardas respectivamente, para 65% das mulheres inativas brancas. Tratamos portanto com mais ênfase da inserção do menor e do papel da família na reprodução das desigualdades.

Estes diferenciais, quanto à participação do menor na força de trabalho, aumentam com o nível de rendimento familiar. Os diferenciais são maiores nas famílias de mais de três salários mínimos de rendimento.

As possibilidades e condições de inserção na força de trabalho, além de condicionadas pela situação sócio-econômica familiar do indivíduo, estão também referidas à ocupação através da qual se dá a inserção.

A análise dos grupos ocupacionais e sua caracterização por idade de inserção acrescenta elementos novos, permitindo uma visão mais nítida da diversidade das trajetórias ocupacionais de brancos e negros ¹¹.

Força de trabalho, por cor, segundo grupos ocupacionais — 1976

GRUPOS OCUPACIONAIS	FORÇA DE TRABALHO (%)		
	Branca	Preta	Parda
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0
Grupo I	31,4	46,1	44,3
Grupo II	23,2	34,1	26,6
Grupo III	16,8	13,4	15,5
Grupo IV	19,5	5,2	11,1
Grupo V	9,1	1,2	2,5

Este quadro deve ser completado pelas informações referentes à qualificação educacional da força de trabalho de brancos e negros inseridos nos cinco grupos ocupacionais que estamos utilizando para esta análise.

Uma tendência geral que podemos apontar, é que, ainda que dispondo de uma escolaridade semelhante aos brancos, os negros se encontram diversamente inseridos nos vários grupos ocupacionais. Tal

¹¹ Para estudarmos trajetórias ocupacionais optamos por utilizar uma classificação ocupacional mais sucinta que a anterior (11 categorias sócio-ocupacionais), na medida em que a última não incorpora o critério posição na ocupação. Tal opção se justifica pela dificuldade de se trabalhar com matrizes de mobilidade muito grandes. Esses grupos são: Grupo I: Trabalhadores manuais do setor primário; Grupo II: Trabalhadores manuais urbanos A; Grupo III: Trabalhadores manuais urbanos B; Grupo IV: Ocupações de nível médio; Grupo V: Ocupações de nível superior (ver no apêndice a composição desses grupos).

tendência é mais perceptível nas ocupações não manuais conforme ilustra o quadro seguinte.

Força de trabalho, por grupos de ocupação, segundo a qualificação educacional e cor — 1976

ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS OCUPADAS E COR	FORÇA DE TRABALHO (%)					
	Total	Grupos operacionais				
		Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V
TOTAL.....	100,0	36,9	25,1	16,0	15,5	6,3
SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO						
Total.....	100,0	70,3	21,1	5,6	2,5	0,2
Branços.....	100,0	67,5	21,7	6,6	3,8	0,3
Pretos.....	100,0	68,2	25,8	4,3	1,1	0,3
Pardos.....	100,0	73,2	19,0	5,4	2,1	0,1
1 A 3 ANOS						
Total.....	100,0	47,9	26,8	16,4	7,5	1,2
Branços.....	100,0	47,9	24,2	17,0	9,0	1,6
Pretos.....	100,0	43,8	35,7	17,4	2,5	0,3
Pardos.....	100,0	48,5	28,3	15,6	6,5	0,8
4 A 7 ANOS						
Total.....	100,0	21,4	33,5	25,2	15,7	4,0
Branços.....	100,0	23,7	30,1	24,5	16,6	4,9
Pretos.....	100,0	13,8	50,2	23,7	10,0	2,1
Pardos.....	100,0	17,2	38,5	27,6	14,4	2,1
8 A 10 ANOS						
Total.....	100,0	3,8	21,9	20,8	42,1	11,2
Branços.....	100,0	4,5	21,1	18,7	43,4	12,0
Pretos.....	100,0	1,1	32,4	30,8	30,4	5,2
Pardos.....	100,0	1,8	22,4	24,3	41,9	9,2
11 ANOS E MAIS						
Total.....	100,0	0,5	4,3	5,2	49,4	40,4
Branços.....	100,0	0,5	4,2	4,3	48,1	42,6
Pretos.....	100,0	0,0	7,6	12,6	56,1	23,4
Pardos.....	100,0	0,0	4,9	8,9	57,7	28,4

A idade de inserção na força de trabalho é bastante diferenciada segundo os vários grupos ocupacionais, conforme podemos verificar no quadro abaixo.

Inserção na força de trabalho, por grupos e ocupação atual, segundo a idade e cor — 1976

INSERÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO E COR	FORÇA DE TRABALHO (%)					
	Total	Grupos de ocupacional atual				
		Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V
ATÉ 17 ANOS						
Total.....	83,5	98,0	83,8	83,1	62,2	52,4
Branços.....	80,3	98,0	83,1	83,1	60,9	50,2
Pretos.....	90,9	97,6	87,1	85,7	71,0	75,7
Pardos.....	87,3	98,4	83,1	82,5	64,5	63,1
1 ANOS E MAIS						
Total.....	16,1	1,7	15,7	16,7	37,5	47,3
Branços.....	19,4	1,7	16,7	16,7	38,8	49,5
Pretos.....	8,9	2,0	12,7	14,1	28,7	23,8
Pardos.....	12,5	1,3	16,5	17,1	35,2	36,7

Podemos deduzir do quadro acima que a idade de inserção nas ocupações não manuais é geralmente mais tardia que nas ocupações manuais. Entretanto, os negros ainda que nas ocupações não manuais ingressaram na força de trabalho mais jovens.

Devemos ainda apontar que há uma diferenciação expressiva entre a idade de inserção de brancos e negros, sendo esta diferenciação menor nos grupos de ocupação manual II e III (no grupo I não há diferença) e acentuada nos grupos IV e V, sugerindo uma trajetória de vida ocupacional bastante diversa.

6.3.2 — Mobilidade social: origem familiar e trajetórias ocupacionais

Podemos ver a problemática da inserção de brancos e negros na força de trabalho não só a partir da idade de inserção e da participação relativa nos vários grupos ocupacionais, mas também, a partir do que estaria na base destas trajetórias ocupacionais diversas: a origem fami-

liar dos brancos e negros ¹². Esta é operacionalizada pelos indicadores educação e ocupação do pai ¹³.

Neste texto, apontaremos apenas algumas tendências mais gerais e que consideramos mais relevantes:

1. encontramos uma relativa mobilidade ascendente para o total da força de trabalho que se verifica, quase sempre, internamente às categorias manual e não manual;
2. os padrões desta mobilidade encontrada são diversos para brancos e negros, e os diferenciais são maiores quando a origem social dos informantes é não manual;

Origem familiar e inserção do informante na força de trabalho — 1976

ORIGEM FAMILIAR DO INFORMANTE (OCUPAÇÃO DO PAI)	TOTAL		INFORMANTES (%)	
	Absoluto	Relativo (%)	Trabalha- dores Manuais	Trabalha- dores não Manuais
BRASIL.....	32 020 254	100,0	79,2	20,8
Trabalhadores manuais.....	26 769 983	100,0	86,3	13,7
Trabalhadores não manuais.....	5 250 271	100,0	42,7	57,3
Brancos.....	18 814 703	100,0	72,7	27,3
Trabalhadores manuais.....	14 813 152	100,0	82,3	17,7
Trabalhadores não manuais.....	4 001 551	100,0	37,1	62,9
Pretos.....	3 036 077	100,0	93,8	6,2
Trabalhadores manuais.....	2 849 499	100,0	95,2	4,8
Trabalhadores não manuais.....	186 578	100,0	73,1	26,9
Pardos.....	10 169 474	100,0	86,8	13,2
Trabalhadores manuais.....	9 107 332	100,0	90,1	9,9
Trabalhadores não manuais.....	1 062 142	100,0	58,4	41,6

NOTA: Tendências também encontradas por Hasenbalg, 1979, conforme nota de rodapé n.º 14.

¹² Uma pesquisa anterior sobre mobilidade ocupacional da força de trabalho masculina e feminina, realizada pelas autoras com base no suplemento da PNAD-73 elaborado pelo DEISO/IBGE, procurou mostrar a importância da noção de trajetória ocupacional para a análise das desigualdades sociais. Esta noção é aqui operacionalizada através de indicadores como inserção na força de trabalho, idade de inserção na força de trabalho e qualificação educacional da força de trabalho em grupos ocupacionais. Oliveira e Porcaro, 1980.

¹³ Tal procedimento é denominado de estudo de mobilidade intergeracional no contexto das pesquisas da mobilidade social. Ver a respeito a Introdução sobre pesquisas deste tipo, suas possibilidades e limitações in Oliveira e Porcaro, 1980. Ver o trabalho sobre mobilidade social no Brasil "As duas faces da mobilidade" in Revista Dados de Nelson do Valle e Silva.

3. a mobilidade dos brancos em alguns casos ultrapassa a barreira manual/não manual, enquanto que a mobilidade dos negros é predominantemente para os grupos ocupacionais vizinhos dentro do grupo de ocupações manuais. É neste grupo de ocupações manuais que achamos o maior percentual de “herança” da origem social paterna ¹⁴;

4. o reduzido grupo de negros em ocupações não manuais tem uma possibilidade maior de mobilidade descendente na direção das ocupações manuais, não tendo condições de manter e consolidar a posição de origem paterna.

5. a posição paterna também não é mantida pelos negros com relação ao nível de escolaridade atingido.

Estas informações nos dão uma idéia, ainda que preliminar, de alguns mecanismos da reprodução das desigualdades entre brancos e negros. A seguir trataremos da função da homogamia racial neste processo cumulativo de desigualdades.

6.4 — Homogamia racial

Para estudar esta questão da homogamia racial, sobre a qual não há muitos estudos e apesar desta constituir uma “estatística difícil” para usar a expressão de Thales de Azevedo ¹⁵, selecionamos algumas informações sobre uniões entre negros e brancos segundo critérios de tipo de união, nível de rendimento, anos de estudo e cor do cônjuge.

O fato básico é que encontramos uma nítida tendência de homogamia racial, como o demonstra o primeiro quadro a seguir.

CHEFES	CÔNJUGES (%)		
	Brancas	Pretas	Pardas
Brancos.....	84,6	2,2	11,9
Pretos.....	17,3	54,5	26,0
Pardos.....	26,2	4,8	66,6

Quando acrescentamos alguns cruzamentos por variáveis como rendimento mensal e anos de estudo do chefe, verificamos que esta tendência de homogamia racial se acentua entre os brancos. I

CHEFES BRANCOS	CÔNJUGES BRANCAS (%)
Até 1 Salário mínimo.....	77,3
De 1 a 2 Salários mínimos.....	81,7
De 2 a 3 Salários mínimos.....	85,9
De 3 a 5 Salários mínimos.....	88,2
Mais de 5 Salários mínimos.....	92,3

A tendência de homogamia racial, também se aplica aos negros mas de forma menos nítida, isto é, verificamos que na medida em que aumenta o nível de rendimento dos chefes negros (pretos e pardos) e o nível educacional, há uma proporção expressiva destes que se casam com mulheres brancas — cerca de 36,9% de chefes negros que têm entre oito e dez anos de estudo e 43,2% dos que têm onze e mais.

É interessante mostrar que dos chefes brancos em igual situação apenas 8,7% e 4,8%, respectivamente, casam com mulheres negras.

CHEFES BRANCOS	CÔNJUGES BRANCAS (%)
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo.....	74,3
De 1 a 3 anos de estudo.....	83,9
De 4 a 7 anos de estudo.....	88,0
De 8 a 10 anos de estudo.....	91,3
11 anos e mais de estudo.....	95,2

Verificamos, também, que o tipo de união racialmente homogâmica predominante entre os brancos é o civil e religioso, sendo o tipo de união consensual aquele que apresenta um menor percentual de homogamia, 69,3%, comparado com 88,1% das uniões de brancos com brancos no civil e religioso.

Parece-nos que estas informações permitem afastar as considerações sobre o papel da miscigenação como fator de “abrandamento” das relações raciais no Brasil e, principalmente, como fator de modificação da estratificação social com base na raça. Não nos parece que possa ser, como o quer Azevedo, avaliada “como um processo social

e cultural de redução das diversidades, das disparidades e mesmo de certos antagonismos culturais entre indivíduos e grupos que entraram na constituição do povo brasileiro”¹⁶.

No estudo dos mecanismos da reprodução das desigualdades entre brancos e negros deve ser privilegiado o exame dos padrões de casamento, entendido num sentido mais amplo de união dos sexos, e não os processos de miscigenação como o tem feito alguns autores¹⁷.

¹⁶ Thales de Azevedo, 1975: p. 60. Este autor faz uma extensa reflexão sobre a articulação entre estrutura de classes, raça e casamento incorporando resultados de pesquisas em várias comunidades.

¹⁷ O Cebrap realizou um estudo sobre padrões de casamento, encontrando em São Paulo certos padrões de homogamia social. Ver a respeito, o texto de Maria Coleta F. A. de Oliveira e Cândido Procópio F. de Camargo “Padrões de Casamento” in *A Fecundidade em São Paulo*, Cebrap 1977.

A respeito do tema união de sexos, família e estrutura de classes; ver Maria Coleta F. A. de Oliveira “Família e Reprodução” tese de Mestrado, USP, 1972 e Maria Helena Henriques “União Legais e Consensuais: Incidência e Fecundidade na América Latina” in *Boletim Demográfico*, V. 10, n.º 3, jan./março de 1980, RJ.

7 — CONCLUSÃO

A análise da inserção de brancos e negros na força de trabalho através de indicadores como participação nas categorias sócio-ocupacionais, rendimento médio mensal e anos médios de estudo nos leva a afirmar que a raça seria um critério fundamental a ser relevado no estudo da divisão social do trabalho no Brasil. Tal fato tem sido obscurecido devido à tônica dos estudos que têm tratado desta última questão e que têm se preocupado primordialmente seja com a multiplicidade possível das combinações das diversas formas de organização da produção, seja com o estudo de grupos sociais determinados, como a mulher, o menor, os bóias-frias, os biscateiros, etc.

~ Acreditamos que a reintrodução da dimensão raça, na problemática da divisão social do trabalho, trará novos elementos para o estudo de questões referentes, por exemplo, ao papel da qualificação educacional da força de trabalho na geração do rendimento e dos limites de mobilidade ocupacional, o trabalho autônomo e sua diferenciação interna e inserção da mulher e do menor na força de trabalho, etc.¹

Fundamentalmente cremos que a análise dos diferenciais demonstrou a inadequação das interpretações de caráter "modernizador" das relações raciais no Brasil. Verificamos, ao contrário do que postulam tais explicações, que a raça permanece um princípio classificatório importante na sociedade brasileira.

¹ Alguns desses temas serão tratados na pesquisa em desenvolvimento no DEISO/IBGE sobre a Situação Sócio-econômica de Brancos e Negros no Brasil com dados da PNAD-1976 e do Censo Demográfico de 1980.

APÊNDICE

Grupos Ocupacionais Utilizados na Análise da Mobilidade Ocupacional

- Grupo I** — Trabalhadores manuais do setor primário.
- Grupo II** — Trabalhadores manuais das indústrias têxtil, do couro e vestuário e de alimentação; outros trabalhadores manuais da indústria tradicional e do artesanato; trabalhadores manuais diversos; trabalhadores em serviços diversos; trabalhadores do comércio ambulante e outros trabalhadores manuais do comércio.
- Grupo III** — Trabalhadores manuais das indústrias mecânica e metalúrgica, construção civil; transportes e comunicações e madeira e móveis; trabalhadores manuais em serviços diversos.
- Grupo IV** — Administradores e técnicos de nível médio do setor primário; proprietários na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamento; profissionais e técnicos de nível médio; professores primários e afins; auxiliares de escritório; mestres e contra-mestres; atletas profissionais e funções afins; oficiais e praças das forças armadas e do corpo de bombeiro.
- Grupo V** — Proprietários da criação de animais e proprietários nos serviços; administradores na indústria e nos serviços; profissionais e técnicos de nível superior.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — AZEVEDO, Thales — 1975 — **Democracia Racial: Ideologia e Realidade**; Ed. Vozes — Petrópolis.
- 2 — BANTON, Michael — 1970 — **The Concept of Racism**; In Ed. Zubaida, *Race And Racism*, Tavistock — London.
- 3 — BARTH, F. — 1969 — **Ethni Groups and Boundaries, the Social Organization of Culture Difference**, Little Brown and. Co. — Boston.
- 4 — BILAC, Elizabeth D. — 1978 — **Famílias de Trabalhadores: Estratégias de Sobrevivência**; Ed. Símbolo, Coleção Ensaio e Memória n.º 9 — São Paulo.
- 5 — BLUMER, H. — 1965 — **Industrialization and Race Relations**; in Ed. Hunter, *Industrialization and Race Relations*, Oxford Press — London, New York.
- 6 — BORDIEU, Pierre et alli — 1973 — **Le Métier de Sociologue** Mouton, Paris.
- 7 — CAMARGO, Cândido Procópio e OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. — 1977 — **Padrões de Casamento**; in **A Fecundidade em São Paulo** — Características Demográficas Biológicas e Sócio-Econômicas.
- 8 — CARDOSO, Fernando H. — 1969 — **Condições Sociais da Industrialização: O caso de São Paulo** in **Mudanças Sociais na América Latina** — DIFEL — São Paulo.
- 9 — ———, 1975 — **Autoritarismo e Democratização**; Ed. Paz e Terra — Rio de Janeiro.
- 10 — COSTA PINTO, L. A. — 1953 — **O Negro no Rio de Janeiro**; Cia. Ed. Nacional — São Paulo.
- 11 — COSTA, Ramonaval A. — 1977 — **Distribuição da Renda Pessoal no Brasil**; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE — Rio de Janeiro.

- 12 — COSTA, Tereza Cristina N. Araújo — 1974 — O Princípio Classificador cor, sua Complexidade e Implicações para um Estudo Censitário; in **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro 36(3) julho/setembro 1974, IBGE.
- 13 — ———, 1975 — Considerações Teóricas sobre o Conceito de Indicador Social: Uma Proposta de Trabalho; in **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, 36(142) abril/junho, IBGE.
- 14 — COUCEIRO, Solange Martins — 1971 — **Bibliografia sobre o Negro Brasileiro**, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.
- 15 — COX, Oliver Cromwell — 1959 — **Caste, Class and Race**; Monthly Review Press.
- 16 — CUNHA, Manuela Carneiro — 1978 — Etnicidade: da Cultura Residual mas Irredutível; 30.^a Reunião da SBPC.
- 17 — DA MATTA, Roberto — 1976 — Quanto custa ser índio no Brasil?; in **Dados** n.º 13.
- 18 — DUMONT, L. — 1961 — Caste, Racism and Stratification: Reflections of a Social Anthropologist in **Social Inequality** Ed. Beteille, Penguin Books Ltd. 1970.
- 19 — FERNANDES, Florestan — 1966 — **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**; Ed. Dominus — São Paulo.
- 20 — ———, 1976 — A Sociedade Escravista no Brasil” e O Negro na Era Atual; in **Circuito Fechado**, Hucitec — São Paulo.
- 21 — ———, 1977 — A Sociedade no Brasil, Ed. Vozes, Coleção Sociologia Brasileira n.º 7 — Petrópolis.
- 22 — Fundação IBGE — 1979 — **Indicadores Sociais: Relatório 1979 Rio de Janeiro**; Departamento de Estudos e Indicadores Sociais.
- 23 — GONZALEZ, L. — 1979 — **O Papel da Mulher Negra na Sociedade Brasileira — Uma Abordagem Político-Econômica** — (mimeo).
- 24 — HANSENBALG, Carlos A. — 1979 — **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**; Ed. Graal — Rio de Janeiro.
- 25 — ———, 1977 — **Alguns Aspectos das Relações Raciais no Brasil**, 3.^a Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira; UFF, Niterói.
- 26 — HENRIQUES, Maria H. T. — 1980 — União Legais e Consensuais: Incidência e Fecundidade na América Latina, in **Boletim Demográfico vol. 10 n.º 3**, janeiro-março, Rio de Janeiro, IBGE.
- 27 — IANNI, Octávio — 1962 — **As metamorfoses do Escravo**; Difusão Européia do Livro — São Paulo.

- 28 — ———, 1978 — **Escravidão e Racismo**, Hucitec, artigo da 1.^a parte — São Paulo.
- 29 — ———, 1980 — **Negritude e Cidadania**; Cortez Ed., **Cadernos PUC** n.º 2, março — São Paulo.
- 30 — JELIN, Elisabeth — 1974 — **Formas de Organização da Atividade Econômica e Estrutura Ocupacional**; Estudos CEBRAP n.º 9, julho/setembro — São Paulo.
- 31 — KOWARICK, Lucio — 1972 — **Capitalismo e Marginalidade na América Latina** — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- 32 — ———, 1977 — **Capitalismo e Marginalidade na América Latina** — Paz e Terra — Rio de Janeiro.
- 33 — LEITE LOPES, José Sérgio e SILVA, Luis Antônio Machado — 1979 — **Mudança Social no Nordeste — Estudo sobre Trabalhadores Urbanos** — Ed. Paz e Terra — Rio de Janeiro.
- 34 — MACEDO, Carmem Cinira — 1979 — **A Reprodução da Desigualdade, o Projeto de Vida Familiar de Um Grupo Operário**; Hucitec São Paulo.
- 35 — MACHADO, Luis A. (coord.) — 1977 — **Estratos Ocupacionais de Baixa Renda**; convênio IUPERJ/SUDENE, mimeo — Rio de Janeiro.
- 36 — MACHADO, Zahidé Neto — 1979 — **Sobre o Trabalho da Criança e do Adolescente na Família Proletária — As Meninas**; (mimeo).
- 37 — MEYER, Doris et alli — 1980 — **Emprego, Subemprego e Desemprego**, DEISO/IBGE. (mimeo).
- 38 — NASCIMENTO, Abdias do — 1978 — **O Genocídio do Negro Brasileiro**, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 39 — ———, 1980 — **Quilombismo**; Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- 40 — OLIVEIRA, Lúcia Elena G. e PORCARO, Rosa Maria — 1980 — **Força de Trabalho no Brasil — Uma Análise de Mobilidade Ocupacional** — DEISO/IBGE.
- 41 — OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. — 1972 — **Família e Reprodução** — Tese de Mestrado — USP, São Paulo.
- 42 — OLIVEIRA, Roberto Cardoso — 1976 — **Identidade, Etnia e Estrutura Social** — Ed. Livraria Pioneira — São Paulo.
- 43 — ONU — 1969 — **Principes et Recommandations Concernant les Recensements de Population de 1970** — Études Statistiques, Série M, número 44, Nations Unies, New York.

- 44 — PELUSO, Marilena dos Reis — 1980 — **Fazer a cabeça** (mimeo).
- 45 — REBELLO, Marina Teixeira Barroso — **S/D Educação e Mobilidade Ocupacional: O caso dos trabalhadores da Construção Civil no Rio de Janeiro**. Tese de mestrado (em elaboração) ESAE/FGV
- 46 — REX, John — 1970 — **The Concept of Race in Sociological Theory**; in. Ed. Zubaida, in *Race and Racism*, Tavistock — London.
- 47 — São Paulo — 1975 — **Crescimento e Pobreza**, Ed. Loyla — São Paulo.
- 48 — SILVA, Nelson do Vale — 1980 — O Preço da Cor: Diferenciais Raciais na Distribuição da Renda do Brasil, in **Pesquisa e Planejamento** vol. 10, n.º1 — Rio de Janeiro.
- 49 — SINGER, Paul e BRANT, Vinicius Caldeira — (organizadores) — 1980 — **São Paulo: O Povo em Movimento**, Ed. Voes, CEBRAP.
- 50 — SOUTO DE OLIVEIRA, et alli — 1974 — **O Biscateiro Como Uma Categoria de Trabalho: Uma Análise Antropológica** in *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 36(2), abril/junho, IBGE.
- 51 — SOUTO DE OLIVEIRA, Jane — 1980 — **A Reposição do Suor**; tese de mestrado, Museu Nacional.
- 52 — SOUTO DE OLIVEIRA, Jane e ARAÚJO COSTA, Tereza Cristina N. — 1980 — **Categorias Sócio-Ocupacionais — Uma Proposta de Classificação da Força de Trabalho** — DEISO/IBGE (mimeo).
- 53 — SOUZA, Paulo Renato — 1978 — **Salário e Mão-de-Obra Excedente** — Unicamp, Campinas.
- 54 — TEIXEIRA, Moema de Poli — 1980 — **Identidade Étnica e Entidades Negras**, (mimeo).
- 55 — VAN DEN BERGHE, Pierre Lr. — 1978 — **Race and Racism, Comparative Perspective** — John Wiley and Sons Inc. — USA.
- 56 — WARNER, L. — 1936 — American Caste and Class in **American Journal of Sociology**, vol. XCII.

Composto e impresso no
Centro de Serviços Gráficos
do IBGE, Rio de Janeiro - RJ.
— O.S. 25 290 —



IMPRESSO NO CENTRO
DE SERVIÇOS GRÁFICOS DO IBGE

ISBN 85-734-0824-4